

IBGE-FUN.INST.BRAS.GEOGRAFIA E ESTATISTICA

Edital 21/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
21/2026	114601-IBGE-FUN.INST.BRAS.GEOGRAFIA E ESTATISTICA	ROGERIO ARAUJO DA SILVA	22/06/2026 11:41 (v 0.6)
Status			
DISPONIBILIZADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
VII - contratações de tecnologia da informação e de comunicação/Bens de TIC	95/2026	03603.000012/2025-08

1. DO OBJETO

PREGÃO ELETRÔNICO

90.012/2026

CONTRATANTE (UASG)

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE (114601)

OBJETO

Aquisição de servidores de lâmina (blades) e seus respectivos chassis, com garantia e suporte técnico de 60 (sessenta) meses, para processamento das informações geradas pelas aplicações censitárias que serão executadas nos postos de trabalho e em campo no Censo Agropecuário do IBGE

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 17.610.057,81

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 06/07/2026 às 09 horas e 30 minutos (horário de Brasília)

Critério de Julgamento:

menor preço por grupo

Modo de disputa:

aberto e fechado

TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS

NÃO

MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM

NÃO

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 900XX/2026

(Processo Administrativo nº 03603.000012/2025-08)

Torna-se público que a FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE, por meio de sua Gerência de Materiais e Serviços, subordinada à Coordenação de Recursos Materiais, Diretoria Executiva, sediada à Avenida Franklin Roosevelt, 166, Centro, Rio de Janeiro/RJ, realizará licitação, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a aquisição de servidores de lâmina (blades) e seus respectivos chassis, com garantia e suporte técnico de 60 (sessenta) meses, para processamento das informações geradas pelas aplicações censitárias que serão executadas nos postos de trabalho e em campo no Censo Agropecuário do IBGE, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em grupos, formados por um ou mais itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos grupos forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que os compõem.

1.3. Em caso de eventual divergência entre as especificações descritas no CATMAT do Catálogo do Compras.gov e as especificações constantes neste Edital, prevalecerão as últimas.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. Não se aplica para esta contratação.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste certame os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.6. Não será concedido tratamento favorecido para microempresas, empresas de pequeno porte e figuras equiparadas, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, em razão da incidência, no caso, do art. 4º, § 1º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.7. Não poderão disputar esta licitação:

3.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.7.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

3.7.3. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.7.4. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.7.5. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.7.6. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.7.7. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.7.8. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.7.9. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.7.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.8. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.9. O impedimento de que trata o item 3.7.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.10. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.7.4 e 3.7.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.11. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.12. O disposto nos itens 3.7.4 e 3.7.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.13. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

3.14. A vedação de que trata o item 3.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO

4.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 9.1.1 e 9.13.2 deste Edital.

5.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.6. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema se o produto ou serviço ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência, quando for o caso, para usufruir do benefício.

5.7. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

5.7.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

5.7.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

5.7.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.7.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.7.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.7.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

5.7.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;

5.7.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

5.7.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

5.7.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.

5.7.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

5.8. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

5.9. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.10. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.11. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.12. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.12.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.12.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

5.13.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

5.13.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

5.14. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.12 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.15. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.16. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. valor unitário e total do item;

6.1.2. Marca;

6.1.3. Fabricante;

6.1.4. Modelo;

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.2.1. O licitante **NÃO** poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.5.1. No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil.

6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

6.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

6.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.11. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência;

6.12. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico.

6.13. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro/Agente de Contratação /Comissão e os licitantes.

7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 0,01 (um centavo).

7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutível.

7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

7.11. Será adotado para o envio de lances o modo de disputa “aberto e fechado”, no qual os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

7.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.11.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.11.3. Caso o item em disputa envolva objeto abrangido por margem de preferência, o percentual referido na disposição anterior será de 20%, nos termos do § 6º do artigo 24 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, incluído pela Instrução Normativa SEGES/MGI nº 79, de 12 de setembro de 2024.

7.11.4. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

7.11.5. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.11.6. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.18. Ao final da fase de lances, será aplicado o benefício da margem de preferência, nos termos do art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.20.1. Para produtos ou serviços abrangidos por margem de preferência normal ou adicional, caso a proposta de menor preço não tenha por objeto produto ou serviço contemplado pela referida margem, o sistema automaticamente indicará as propostas de produtos ou serviços que façam jus ao diferencial de preço, pela

ordem de classificação, para fins de aceitação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão/Agente de Contratação/Comissão.

7.20.2. Nestas situações, a proposta beneficiada pela aplicação da margem de preferência normal ou adicional, conforme o caso, tornar-se-á a proposta classificada em primeiro lugar.

7.19. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.19.1. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência, apenas poderão se valer do critério de desempate previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que também fizerem jus às margens de preferência (art. 5º, §9º, I, do Decreto nº 8538, de 2015[A6]).

7.19.2. O parâmetro para o empate ficto, nesse caso, consistirá no preço ofertado pela fornecedora classificada em primeiro lugar em razão da aplicação da margem de preferência.

7.19.3. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.19.4. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.19.5. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.19.6. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.19.7. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

7.20. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.21. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

7.21.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.21.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.21.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

7.21.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

7.21.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.21.2.1. empresas brasileiras;

7.21.2.2. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.21.2.3. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.22. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

7.23. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.23.1. Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade e serão observados como critério de aceitabilidade os preços unitários máximos definidos no Termo de Referência.

7.23.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.23.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.23.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.23.5. O Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.23.6. É facultado ao Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.24. Após a negociação do preço, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA FASE DE JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 3.9 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1. SICAF;

8.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portal.datransparencia.gov.br/pagina-interna/603244-cnep>); e.

8.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

8.2.1. A consulta ao CNEP quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

8.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

8.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

8.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

8.5.1. Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

8.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto nos arts. 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.7.1. conter vícios insanáveis;

8.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

8.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

8.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.9. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, que comprove:

8.9.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.9.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

8.11. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

8.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

8.13. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.14. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.15. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.16. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.

8.17. O pregoeiro/agente de contratação/comissão de contratação realizará a verificação da observância da proposta classificada provisoriamente em primeiro lugar quanto aos custos unitários mínimos relevantes estabelecidos pela Administração, além dos demais aspectos ligados à conformidade da proposta ao objeto licitado e à compatibilidade do preço.

8.18. O pregoeiro/agente de contratação/comissão de contratação concederá o prazo de no mínimo duas horas para readequação da proposta quando esta não observar os custos unitários mínimos relevantes, sob pena de desclassificação, na forma da Instrução Normativa nº 73, de 30 de setembro de 2022.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

9.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

9.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

9.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por cópia digital.

9.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

9.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

9.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.10. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

9.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

9.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.11.1. . A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

9.12. A verificação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

9.12.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da *Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022*.

9.13. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.13.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

9.14. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 9.13.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro/Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 2 (duas) horas , para:

9.14.1. a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

9.14.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.14.3. suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

9.14.4. suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

9.15. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

9.16. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.17. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.13.1.

9.18. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.19. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

9.20. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

10. DO TERMO DE CONTRATO

10.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato.

10.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

10.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 05 (cinco) dias úteis; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

10.4. Os prazos dos itens 10.2 e 10.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

10.5. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

10.6. Na assinatura do contrato será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

10.6.1. A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. Não se aplica para esta contratação.

12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

12.1. Não se aplica para esta contratação.

13. DOS RECURSOS

13.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

13.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

13.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

13.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

13.3.3 o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

13.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

13.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

13.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

13.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico pelo e-mail licitacoes@ibge.gov.br.

14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

14.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão/a durante o certame;

14.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

14.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

14.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

14.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

14.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

14.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

14.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

14.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

14.1.6. fraudar a licitação;

14.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

14.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

14.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

14.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

14.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

14.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

14.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

14.2.1. advertência;

14.2.2. multa;

14.2.2. impedimento de licitar e contratar e

14.2.3. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

14.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

14.3.2. as peculiaridades do caso concreto

14.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

14.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

14.3.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.4. A multa será recolhida no prazo máximo de **15 (quinze)** dias úteis, a contar da comunicação oficial.

14.4.1. Para as infrações previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

14.4.2. Para as infrações previstas nos itens 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8, 14.1.9 e 14.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

14.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

14.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

14.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

14.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021

14.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 14.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

14.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

14.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

14.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

14.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

14.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

15.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

15.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

15.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: licitacoes@ibge.gov.br.

15.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

15.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

15.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

16.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro/Agente de Contratação /Comissão.

16.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

16.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

16.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

16.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

16.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://www.ibge.gov.br/acesso-informacao/licitacoes-e-contratos.html>.

16.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

16.11.1. ANEXO I - Termo de Referência;

16.11.2. Anexo II – Estudo Técnico Preliminar;

16.11.3. Anexo III – Minuta de Termo de Contrato;

16.11.4. Anexo IV – Modelo da Proposta Comercial

Rio de Janeiro, na data da assinatura eletrônica.

ASSINATURA DA AUTORIDADE COMPETENTE

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

CLAUDIA GOULART DE SIQUEIRA

Pregoeiro



Assinou eletronicamente em 22/06/2026 às 11:41:40.

Termo de Referência 183/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
183/2025	114601-IBGE-FUN.INST.BRAS.GEOGRAFIA E ESTATISTICA	MICHELLE VILS	02/06/2026 10:45 (v 0.8)
Status			
CONCLUIDO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
VII - contratações de tecnologia da informação e de comunicação/Bens de TIC	49/2025	03603.000012/2025-08

1. Processo Administrativo nº xxxxx.xxxxxx/xxxx-xx

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de servidores de lâmina (blades) e seus respectivos chassis, com garantia e suporte técnico de 60 (sessenta) meses, para processamento das informações geradas pelas aplicações censitárias que serão executadas nos postos de trabalho e em campo no Censo Agropecuário do IBGE, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Grupo	Item	Especificação	CATMAT	Unidade de Medida	CÓD. PMC-TIC	Qtd.	Valor Unitário	Valor Total
1	1	Servidores de lâmina (blades) – Site Rio com garantia de 60 meses.	451847	Unidade	Não se aplica	16	R\$ 572.844,18	R\$ 9.165.506,88
	2	Chassis para blades – Site Rio com garantia de 60 meses.	379480	Unidade	Não se aplica	2	R\$ 1.287.265,83	R\$ 2.574.531,66
2	3	Servidores de lâmina (blades) – Site SP com garantia de 60 meses.	451847	Unidade	Não se aplica	8	R\$ 572.844,18	R\$ 4.582.753,44
	4	Chassis para blades – Site SP com garantia de 60 meses.	379480	Unidade	Não se aplica	1	R\$ 1.287.265,83	R\$ 1.287.265,83

Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar, uma vez que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

Classificação do objeto como bem de luxo

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

Classificação do objeto quanto ao modelo de execução

1.4. O fornecimento de bens é enquadrado como não continuado tendo em vista que trata-se de fornecimento de equipamento, com garantia de 60 meses. O serviço de garantia não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize personalidade e subordinação direta.

1.5. O objeto a ser contratado enquadra-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

Prazo de vigência

1.6. O prazo de vigência da contratação é de 06 (seis) meses contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.7. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.8 Trata-se de uma única Solução de TIC, qual seja, a aquisição de servidores de blades, equipamentos de informática com garantia estendida, com características específicas conforme escrito no Anexo I-A, especificação técnica. A solução foi separada em itens por questões de clareza na composição dos custos e entendimento do objeto. A contratação acontecerá em dois grupos para proporcionar maior vantagem.

1.9 A Solução não se enquadra no disposto no art. 3º do Decreto nº 9.507, de 2018, inclusive gestão de processos de TIC e gestão de segurança da informação.

1.10 Informe-se que o presente Termo de Referência está em conformidade com o modelo de contratação de serviços de tecnologia da informação da Secretaria de Governo Digital do Ministério da Economia, e de acordo com as orientações daquele Ministério (IN-94/2022 e IN-65/2021).

1.11 O IBGE se orientou na composição da pesquisa de preços nos termos da Instrução Normativa Seges/ME nº 65, de 2021.

1.12 O objeto da referida contratação não se enquadra nos termos da Portaria SGD/MGI nº1.070/2023 e Portaria SGD/MGI nº750/2023.

1.13 Em conformidade com o art. 4º da IN SGD/ME nº 94, de 2022, o objeto da contratação não envolve avaliação, mensuração ou apoio à fiscalização da solução de TIC.

1.14 O objeto se enquadra como Solução de TIC, conforme Anexo II item 1.1 da IN SGD/ME nº 94/2022, e os itens descritos no art. 8º, § 2º desta IN não têm relação com o presente objeto, quais sejam, os serviços de: licenciamento de software e serviços agregados; solução de autenticação para serviços públicos digitais; serviços de desenvolvimento, sustentação e manutenção de software; infraestrutura de centro de dados, serviços em nuvem, sala-cofre e sala segura; serviços de desenvolvimento, sustentação e manutenção de portais na internet.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A presente contratação justifica-se por suprir a necessidade dos postos de coleta do IBGE durante a operação do 12º Censo Agropecuário, Florestal e Aquícola 2025, em todo território nacional, para que seja possível todas as tarefas técnicas e administrativas durante a operação. Visa também atender o uso dos agentes na fase de treinamento, que antecede o Censo Agropecuário 2025.

2.2 Com o objetivo de automatizar e melhorar os processos executados nos postos de coleta de dados e nos datacenters institucionais, o IBGE está incorporando os vários aperfeiçoamentos metodológicos e tecnológicos das

pesquisas e dos estudos, novos sistemas informatizados e aplicativos que foram desenvolvidos ou estão em processo de atualização para apoio às atividades de campo e dependem de equipamentos modernos com capacidade computacional de atender às inovações propostas.

2.3 O Censo Agropecuário é a principal e mais completa investigação estatística sobre a estrutura e a produção agropecuária do País, representando importante atribuição do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE no cumprimento de sua missão de “retratar o Brasil com informações necessárias ao conhecimento de sua realidade e ao exercício da cidadania”. Sua concepção leva em conta as recomendações da Estratégia Global para o Aprimoramento das Estatísticas Agropecuárias e do Programa Mundial de Censos Agropecuários da FAO (Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura). Sua realização tem amparo legal no que determinam o Artigo 2º (Itens I e II) da Lei Nº 5.878, de 11 de maio de 1973 (Brasil, 1973) 1º, o Decreto Nº 74.084, de 20 de maio de 1974 (BRASIL, 1974) 2º, e a Lei Nº 8.184, de 10 de maio de 1993, e insere-se no Plano Plurianual (PPA) do IBGE 2020-2023, na ação 20U7 (IBGE, 2022).

2.4 O Censo Agropecuário visa obter informações sobre a estrutura e a dinâmica da atividade agropecuária brasileira. Seus resultados são referidos ao nível dos municípios e das localidades, de modo a permitir agregações e análises de diferentes recortes territoriais, como: unidades de conservação ambiental, terras indígenas, bacias hidrográficas, biomas consagrados (cerrado, caatinga, Amazônia etc.), assentamentos fundiários etc. As informações geradas possibilitam a avaliação de políticas públicas como, por exemplo, o Programa Nacional de Agricultura Familiar. Elas permitem, ainda, estudos a respeito da expansão das fronteiras agrícolas, da dinamização produtiva ditada pelas inovações tecnológicas, e enriquecem a produção de indicadores ambientais.

2.5 Os resultados do Censo Agropecuário propiciam, também, estudos sobre transformações decorrentes do processo de reestruturação e de ajustes na economia, permitindo análises de seus reflexos sobre o setor. Ao longo do período, o escopo da pesquisa agropecuária alterou-se, buscando acompanhar as modificações verificadas no cenário rural, referidas às inter-relações entre sistemas produtivos, ocupação territorial, expansão agrícola, mão de obra, mecanização, política fundiária, produtividade, economia, e as demais conexões integrantes do quadro da produção brasileira de alimentos.

2.6 Além da ampliação do escopo dos levantamentos, importantes mudanças metodológicas e tecnológicas introduziram aperfeiçoamentos na forma de coletar as informações, agregando melhorias na qualidade dos dados e agilidade na divulgação de seus resultados. Prosseguindo nessa trajetória, apresenta-se o Projeto Básico do 12º Censo Agropecuário brasileiro – o Censo Agropecuário, Florestal e Aquícola 2025 (Censo Agro 2025). Similar ao que ocorreu no Censo Agro 2017, incorpora as mais modernas técnicas de atualização cartográfica, com uso de imagens orbitais e aplicações com tecnologia de geoposicionamento e navegação.

2.7 Em adição, o uso de recursos tecnológicos em condições adequadas para os postos de coleta propicia maior fluidez da execução de atividades técnicas e administrativas, como admissão de recenseadores, controles administrativos das atividades de campo, permitindo melhorias substanciais na qualidade da atividade executada. Desta forma, busca garantir o alcance dos objetivos propostos e a plena satisfação das expectativas dos usuários por informações atualizadas desse importante setor da economia brasileira.

2.8 A responsabilidade técnica do 12º censo agropecuário pelo IBGE está a cargo da Coordenação de Estatísticas Agropecuárias (COAGRO), da Diretoria de Pesquisas. A Gerência Técnica do Censo Agropecuário (GTA), subordinada ao coordenador da COAGRO, é a área responsável. A responsabilidade pelo planejamento e execução é dividida entre diretorias do IBGE e as Superintendências Estaduais (SES). Esta estrutura foi definida pela RESOLUÇÃO CD-IBGE/IBGE Nº 10, DE 28 DE ABRIL DE 2023, que definiu as competências das unidades organizacionais da Diretoria de Pesquisas (DPE) em conformidade com distribuição dos Cargos e Funções Comissionados Executivos estabelecida no Estatuto do IBGE. Os artigos 12 e 13 (item IV) desta Resolução definem as competências da COAGRO e da GTA: “Art. 12. Atribuir competência à COORDENAÇÃO DE ESTATÍSTICAS AGROPECUÁRIAS (DPE/COAGRO) diretamente subordinada à DIRETORIA DE PESQUISAS: a) coordenar, planejar e executar estudos, análises e pesquisas estatísticas, censitárias, conjunturais e estruturais, necessárias à caracterização e acompanhamento dos principais aspectos da agropecuária do País; e b) participar em comissões, comitês ou grupos de trabalho relacionados ao seu âmbito de atuação.

2.9 A Diretoria de Tecnologia da Informação do IBGE entende que sua missão maior é disponibilizar, da melhor forma possível, as tecnologias de informação e comunicação existentes para que as áreas setoriais possam conseguir melhores resultados para o IBGE e, conseqüentemente, para a sociedade. De acordo com o Plano Diretor

de Tecnologias de Informação e Comunicação (PDTI) e com o Planejamento Estratégico de TI do IBGE, foram elencados alguns fatores críticos de sucesso para que o IBGE cumpra com sua missão institucional e alcance suas diretrizes e objetivos estratégicos. Entre estes fatores apresentam-se a Excelência em Tecnologia da Informação e Comunicação e a Gestão do Conhecimento, onde entende-se que, “devido à velocidade da mudança do ambiente em que atua, o IBGE deverá desenvolver sólidas competências no armazenamento, organização e transferência do conhecimento técnico, metodológico e gerencial acumulado, de modo a preservar a inteligência e a memória institucional, caminho para se fortalecer a imagem, identidade e reputação da organização”.

2.10 Nesse sentido, o objeto de contratação deste certame são servidores de lâmina (blades) e chassis para suportar o processamento de carga para o Censo Agropecuário.

2.11 Resultado e Benefícios a Serem Alcançados:

- Substituição dos equipamentos obsoletos;
- Atualização tecnológica;
- Garantia de funcionamento durante as operações do Censo e o tratamento dos dados;
- Atendimento às metas Institucionais;
- Prover a sustentação da infraestrutura dos Datacenters do IBGE;
- Manter a gestão institucional de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), visando à melhoria no atendimento às necessidades e ao pleno funcionamento dos sistemas e serviços;
- Implantar as diretrizes de TIC institucional, de forma a garantir a integridade, a segurança das informações e o atendimento à legislação pertinente
- Gerenciar os processos, serviços de informática e a utilização da infraestrutura de TIC para garantir a integridade, prazos e desempenho na produção de informações administrativas, estatísticas e geocientíficas;
- Redução dos riscos relacionados à imagem institucional e descumprimento de normas e regulamentos.

2.12. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme detalhamento a seguir:

- I) ID PCA no PNCP: 333787094000140-0-000019/2026
- II) Data de publicação no PNCP: 06/05/2025
- III) Id do item no PCA: 116
- IV) Classe/Grupo: computadores
- V) Identificador da Futura Contratação: 114601-95/2026
- VI) DFD nº 203/2025

2.13. O objeto da contratação também está alinhado com a Estratégia de Governo Digital 2025 e em consonância com o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) 2024 do IBGE, conforme demonstrado abaixo:

Identificador da meta	Meta	Identificador da Ação	Ação
9	Fortalecer a governança de TIC	Processos / Governança	Fortalecer o Comitê de Tecnologia da Informação e Comunicação (CTIC) para prover a discussão das iniciativas / projetos / soluções de Tecnologia da Informação e Comunicações do IBGE, alinhando e estimulando a integração.
11	Ampliar a governança de dados	Processos / Governança	Desenvolver a governança de dados para o avanço da ciência de dados no IBGE.

17	Aprimorar a gestão de TIC	Aprendizagem e Crescimento / Capital Informacional	Aprimorar os processos de comunicação, atendimento, monitoramento e gestão de recursos de TIC, aumentando a transparência das atividades.
18	Prover ambiente tecnológico adequado e seguro	Aprendizagem e Crescimento / Capital Informacional	Implantar soluções de TIC, infraestrutura e sistemas, que atendam as demandas do IBGE e utilizem as melhores práticas de segurança da informação e comunicações e proteção de dados, garantindo a conformidade com as legislações vigentes.

2.14. O objeto desta contratação destina-se ao atendimento das necessidades internas do IBGE, não se tratando de oferta digital de serviços públicos, portanto, não se aplica o disposto no Decreto no 8.936, de 19 de dezembro de 2016 (Plataforma de Cidadania Digital).

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3.1.1 A contratação almejada não está contemplada nos termos da Portaria SEGES/ME nº 938, de 02 de fevereiro de 2022, que instituiu o Catálogo Eletrônico de Padronização.

3.1.2 Não se aplica o disposto na Instrução Normativa SGD/ME nº 94 de 23 de dezembro de 2022, sobre Catálogo de Soluções TIC (PMC-TIC).

3.1.3 Foi observado o Art. 9º da Instrução Normativa Seges/ME nº 81, de 2022 para a descrição do objeto desta contratação.

3.1.4 O processo está em conformidade com o Plano de Logística Sustentável do IBGE, conforme Portaria SEGES/ME nº 8.678, de 19 de julho de 2021.

3.2. A solução de TIC consiste em aquisição de Chassis para blades e servidores de lâmina blades, com garantia estendida de 60 (sessenta) meses e suporte.

3.3 Manifestação técnica para o cálculo do quantitativo:

3.3.1 Para fins de cálculo da demanda de processamento pelas aplicações do Censo Agropecuário foram relacionadas as aplicações e suas cargas conhecidas em outras operações similares a esta. Nesse sentido listadas as seguintes aplicações:

3.3.1.1 SIGC: acompanhamento da coleta;

3.3.1.2 SIGPCWS: recepção dos questionários;

3.3.1.3 SAPC: contratação das equipes de campo;

3.3.1.4 Datalake: gerador de visões para manipulação dos dados;

3.3.1.5 GED: organização e arquivamento dos documentos;

3.3.1.6 OpenShift e outras arquiteturas

3.3.2 Na última operação censitária foram consumidos por esse conjunto de servidores:

3.3.2.1 Cores: aproximadamente 480 núcleos

3.3.2.2 Memória: 10 TB de RAM

3.3.3 Além disso, essa contratação tem por objetivo garantir a continuidade dos convênios institucionais através da contratação de novos servidores computacionais para substituir os existentes, uma vez que ainda estão em produção e sem contrato de garantia ou suporte em vigor, sendo necessária sua substituição parcial ou total, sob o risco de problemas na coleta de dados para continuidade das operações institucionais, pois nesses equipamentos que a instituição armazena e realiza operações computacionais necessárias para compor, com informações externas, as pesquisas institucionais. Está sendo considerado para este certame metade da substituição dos equipamentos obsoletos. Essa proporção, totaliza 1.120 cores e 40 TB de RAM.

3.3.4 Os novos servidores foram especificados para ter performance de processamento cerca de 2 vezes superior a estes servidores a serem substituídos, logo será necessário a contratação aproximadamente 846 cores para substituir a carga atual de processamento e ao menos 25TB de RAM.

3.3.5 . Considerando as especificações técnicas deste termo de referência, espera-se a contratação de servidores com 2 (dois) processadores de 16 (dezesesseis) núcleos cada, chegando a 864 núcleos. Somando-se as demandas do Censo Agropecuário 480 cores e da substituição dos equipamentos 1120 cores, temos 800 cores demandados, por isso, estima-se como contratação mínima 864 cores, conforme está descrito no quantitativo deste certame. Considerando com 2 processadores de 16 (dezesesseis) núcleos para cada servidor computacional.

3.3.6 . Quanto a memória, serão 10 TB para Censo Agropecuário e 40 TB para substituição dos equipamentos, totalizando 50TB. Os novos servidores irão possuir 1TB de RAM cada, chegando ao total de 24TB de RAM. Considerando, a performance de 2 (duas) vezes superior para substituição dos equipamentos.

3.3.7. Com isso, entende-se que a contratação mínima de 864 cores de 24 TB de memória RAM, atende as necessidades do Censo Agropecuário e substituição de parte do parque de servidores obsoletos.

3.3.8 A aquisição de novos servidores visa prover maior capacidade de armazenamento, gravação, recuperação, segurança e disponibilidade das informações para atender as demandas atuais e porvindouras do IBGE.

3.4 Bens e serviços que compõem a solução:

- Aquisição de Chassís para blades e servidores de lâmina blades, conforme descrição no Anexo I-A deste documento;
- Manutenção corretiva de hardware on site, com troca de peças defeituosas, caso seja necessário; Garantia de 60 (sessenta) meses;

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Requisitos de Negócio

4.1. A presente contratação orienta-se pelos seguintes requisitos de negócio:

1. Contratada deverá disponibilizar os recursos necessários a execução dos serviços;
2. O serviço de garantia deverá ser prestado nos locais onde os equipamentos serão instalados;
3. A garantia deverá ser pelo período de 60 (sessenta) meses;
4. O gestor do contrato, por ocasião do acompanhamento da execução contratual e com apoio da equipe de gestão e fiscalização dos serviços prestados, poderá sustar, recusar, mandar refazer ou fazer quaisquer serviços em que seja verificada falta de qualidade e que estejam em desacordo com o estabelecido no contrato e seus anexos;
5. As especificações técnicas contidas no ANEXO I-A se referem aos requisitos técnicos mínimos.

Requisitos de Capacitação

4.2. Não faz parte do escopo da contratação a realização de capacitação técnica na utilização dos recursos relacionados ao objeto da presente contratação;

Requisitos Legais

4.3. O presente processo de contratação deve estar aderente à Constituição Federal, à Lei nº 14.133, de 2021, à Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022, Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021, Lei nº 13.709, de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD) e a outras legislações aplicáveis;

Requisitos de Manutenção

4.4. Devido às características da solução, há necessidade de realização de manutenções corretivas, preventivas, adaptativa e evolutiva pela Contratada, visando à manutenção da disponibilidade da solução;

1. Os serviços de garantia deverão ser executados sem impacto na utilização do ambiente de TI do IBGE;
2. Considerando que o equipamento guarda dados sensíveis da instituição, as exigências a seguir visam garantir ao IBGE a qualidade do produto com a garantia do fabricante:
3. A contratada deverá ser revenda autorizada da solução, condição a ser comprovada em até 5 (cinco) dias úteis após a assinatura contratual;
4. Durante o período de garantia, a assistência técnica deverá ser prestada, exclusivamente pelo fabricante dos equipamentos ou empresa prestadora de serviços de assistência técnica devidamente credenciada pelo mesmo;
5. No caso de o licitante classificado em primeiro lugar não ser o próprio fabricante do equipamento, deve comprovar que o produto ofertado possui a garantia solicitada neste termo de referência, em até 5 (cinco) dias úteis após a assinatura contratual.
6. Todas as correções que necessitem de urgência e/ou alterações ou correções que impactarem no ambiente (necessidade de reiniciar o equipamento), devem considerar que o suporte deva prever atendimento em regime de 24x7;
7. Inicialmente, todo atendimento será realizado via telefone (0800) ou Internet, salvo quando os especialistas da CONTRATADA, ou fabricante, julgarem necessária ou quando uma visita técnica for solicitada pelo IBGE para solução de um problema. Os dias e horários de atendimento obedecerão a conveniência do IBGE;
8. Os chamados somente poderão ser fechados após concordância e autorização do IBGE;
9. A CONTRATADA, ou fabricante, entregará ao final do atendimento on-site, relatório de serviço que conste, minimamente, os dados do técnico da CONTRATADA, ou fabricante, os dados do colaborador que abriu o chamado junto a CONTRATADA, ou fabricante, o problema descrito no ato da abertura do chamado, a avaliação e solução implementada, observações, hora de abertura e fechamento do chamado, e campo para assinatura de representantes da CONTRATADA, ou fabricante e do IBGE;
10. Garantia total de funcionamento on-site para todos os componentes da Especificação Técnica do equipamento pelo período de 60 meses, conforme Níveis Mínimos de Serviço descritos neste Termo de Referência, a contar da data de Termo de Aceite Definitivo;
11. Os serviços de garantia contemplam as atividades de assistência técnica “on-site” para os casos em que o primeiro atendimento, no caso “remoto”, não resolve o devido problema técnico. O atendimento aos chamados técnicos englobará, casos de problemas na solução, esclarecimentos de dúvidas técnicas, atualização de firmware e software, conforme descrito a seguir:
12. O suporte técnico/garantia aos produtos fornecidos deverá contemplar serviços de atendimento a dúvidas técnicas, por telefone e e-mail, bem como serviços de suporte “on-site” (para os casos em que o atendimento “remoto” não resolve o problema), sem limites de chamados técnicos em qualquer modalidade;
13. Fornecer, sem ônus adicionais, correções e novas versões disponíveis para todos os softwares, firmwares e drivers oferecidos;
14. Substituir os equipamentos, peças ou componentes defeituosos, em qualquer caso, por item equivalente, assim considerado aquele que apresentar todas as características técnicas especificadas neste Termo, ou que possua características superiores a estas. O(s) equipamento(s), peças e/ou componentes de substituição devem ser novos(as), não serão aceitos itens reconicionados.

Requisitos Temporais

4.5. A Entrega dos equipamentos deverá ser efetivada no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias corridos a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento de Bens (OFB), emitida pela Contratante, podendo ser prorrogada, excepcionalmente, por até igual período, desde que justificado previamente pelo Contratado e autorizado pela Contratante;

4.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Termo de Referência, quando não expressados de forma contrária, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento;

4.7. Todos os prazos citados, quando não expresso de forma contrária, serão considerados em dias corridos. Ressaltando que serão contados os dias a partir da hora em que ocorrer o incidente até a mesma hora do último dia, conforme os prazos.

Requisitos de Segurança e Privacidade

4.8. A solução deverá atender aos princípios e procedimentos elencados na Política de Segurança da Informação do Contratante, e

1. A CONTRATADA deve tomar conhecimento da Política de Segurança da Informação e Comunicações no IBGE (POSIC) de modo a atuar em concordância com as práticas da Instituição. A POSIC é um documento público que pode ser consultado em www.ibge.gov.br;
2. Não será permitida a retirada de qualquer informação ou documento relativo a base de dados de conhecimento existente no IBGE, sob pena de ser considerada quebra de sigilo, com as consequências previstas neste Termo de Referência, no Edital e no Contrato;
3. A CONTRATADA responderá por qualquer demanda em relação aos direitos patrimoniais dos seus empregados, não havendo qualquer responsabilidade da contratante e, no caso eventual de imputação de responsabilidade ao IBGE, na via judicial, a CONTRATADA arcará com o pagamento dos valores;
4. A Contratada deverá assinar Termo de Compromisso e de Ciência para a prestação dos serviços, conforme modelos nos Anexos I-B e I-C;
5. Promover o afastamento, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após o recebimento da notificação, de qualquer dos seus funcionários que não correspondam aos critérios de confiança ou que perturbe a ação da equipe de fiscalização do CONTRATANTE

Requisitos Sociais, Ambientais e Culturais

4.9. Os equipamentos devem estar aderentes às seguintes diretrizes sociais, ambientais e culturais:

1. Os equipamentos devem estar aderentes à Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos.
2. No que couber, visando a atender ao disposto na legislação aplicável – em destaque às Instruções Normativas nº 05/2017/SEGES e nº 94/2022/SGD – a CONTRATADA deverá priorizar, para o fornecimento do objeto, a utilização de bens que sejam no todo ou em parte compostos por materiais recicláveis, atóxicos e biodegradáveis.

Requisitos da Arquitetura Tecnológica

4.10 Os equipamentos deverão observar integralmente os requisitos de arquitetura tecnológica descritos a seguir:

1. A especificação técnica da solução está em conformidade com a IN SGD/ME Nº 94/2022;
2. Os serviços de garantia deverão ser executados observando-se as diretrizes de arquitetura tecnológica estabelecidas pela área técnica da Contratante no Anexo I-A;
3. A adoção de tecnologia ou arquitetura diversa deverá ser autorizada previamente pela Contratante. Caso não seja autorizada, é vedado à Contratada adotar arquitetura, componentes ou tecnologias diferentes daquelas definidas pela Contratante;
4. A especificação técnica detalhada do objeto está descrita no Anexo I-A deste Termo de Referência.

Requisitos de Projeto e de Implementação

4.11. Não se aplicam requisitos de projeto e implementação para esta contratação.

Requisitos de Implantação

4.11. Os equipamentos deverão observar integralmente os requisitos de implantação, instalação e fornecimento descritos a seguir:

4.12 O processo de entrega e instalação dos equipamentos deverá ser realizado pela CONTRATADA sob a supervisão do preposto, que dará conhecimento do andamento do fornecimento ao gestor do contrato;

Requisitos de Garantia, Manutenção e Assistência Técnica

4.13. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, 60 (sessenta) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

4.14. Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o fornecedor deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.

4.15. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

4.16. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

4.17. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

4.18. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

4.19. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.

4.20. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

4.21. Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

4.22. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

4.23. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

4.24. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

Requisitos de Experiência Profissional

4.25. Não serão exigidos requisitos de experiência profissional para a presente contratação.

Requisitos de Formação da Equipe

4.26. Não serão exigidos requisitos de formação da equipe para a presente contratação.

Requisitos de Metodologia de Trabalho

4.27. O fornecimento dos equipamentos está condicionado ao recebimento pelo Contratado de Ordem de fornecimento de Bens (OFB) emitida pela Contratante.

4.28. A OFB indicará o tipo de equipamento, a quantidade e a localidade na qual os equipamentos deverão ser entregues.

4.29. O Contratado deve fornecer meios para contato e registro de ocorrências da seguinte forma: com funcionamento 24 horas por dia e 7 dias por semana de maneira eletrônica e 10 horas por dia e 5 dias por semana por via telefônica.

4.30. O andamento do fornecimento dos equipamentos deve ser acompanhado pelo Contratado, que dará ciência de eventuais acontecimentos à Contratante.

Requisitos de Segurança da Informação e Privacidade

4.31. O Contratado deverá observar integralmente os requisitos de Segurança da Informação e Privacidade descritos a seguir:

1. A Contratada deverá assinar o Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo, conforme modelo no Anexo I-B do Termo de Referência, mantendo sob sigilo as informações e comunicações de que tiver conhecimento, abstando-se de divulgá-las, garantindo o sigilo e a inviolabilidade dos dados trafegados por meio dos enlaces utilizados na execução das atividades, respeitando as hipóteses e condições constitucionais e legais de quebra de sigilo de telecomunicações, como por consequência, deverá atentar para as legislações próprias da Receita Federal e suas características de instituição fazendária;
2. Conforme legislação em vigor e termo de compromisso assinado, a Contratada responderá caso ocorra divulgação ou uso de informação sigilosa a que tenha tido acesso em virtude da presente contratação;
3. Além do termo citado, a Contratada deverá apresentar para cada funcionário que vier a executar atividades referentes ao objeto da contratação - conforme Modelo de Termo de Ciência da Declaração de Manutenção de Sigilo e das Normas de Segurança da Informação (Anexo I-C do Termo de Referência) em que seus profissionais declaram estar cientes das responsabilidades pela manutenção de sigilo e confidencialidade;
4. A contratada é responsável civil, penal e administrativa quanto à divulgação indevida ou não autorizada de informações, realizadas por ela ou por seus empregados.

Sustentabilidade

4.32. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

1. Conforme INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 01, DE 19 DE JANEIRO DE 2010 – que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, a solução ofertada deverá obedecer ao disposto no Art. 5º, incisos:
2. III – que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; e
3. IV – Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenilpolibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).
4. § 1º A comprovação do disposto neste artigo poderá ser feita mediante apresentação de certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio de prova que ateste que o bem fornecido cumpre com as exigências do edital.
5. Deve ser entregue certificação comprovando que o equipamento está em conformidade com a norma IEC 60950, para segurança do usuário contra incidentes elétricos e combustão dos materiais elétricos.
6. Os itens deverão possuir certificado para segurança do usuário contra incidentes elétricos e combustão de materiais elétricos; ou relatório de avaliação de conformidade emitido por um órgão credenciado pelo INMETRO ou certificado internacional; ou apresentar certificação voluntária nos termos da IN304/2023 do INMETRO. Conformidade com a diretiva Rohs; certificado quanto a imunidade eletromagnética (norma CISPR24 / EN55024) comprovado através de certificado ou relatório de avaliação de conformidade emitido por um órgão credenciado pelo INMETRO ou certificado internacional; ou apresentar certificação voluntária nos termos da IN304/2023 do INMETRO.
7. Todas as certificações acima deverão ser comprovadas através de documento juntado no momento da emissão do termo de aceite definitivo do objeto.

8. Os produtos devem ser novos, sem uso anterior e estar na linha de produção no momento da assinatura do contrato, com a garantia de fornecimento de equipamentos equivalentes ou superiores, caso o modelo fornecido venha a ser descontinuado.
9. Todos os equipamentos a serem entregues serão idênticos, ou seja, todos os componentes externos e internos de mesmos modelos e marcas dos utilizados nos equipamentos enviados para avaliação e/ou homologação. Caso o componente não mais se encontre disponível no mercado, admitem-se substitutos com qualidade e características idênticas ou superiores, mediante nova homologação;

Indicação de marcas ou modelos:

4.33. Não se aplica para esta contratação.

Da vedação de utilização de marca/produto na execução do serviço

4.34. Não se aplica para esta contratação.

Da exigência de carta de solidariedade

4.35. Em caso de fornecedor, revendedor ou distribuidor, será exigida do licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar, nos termos do edital, carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato.

4.35.1 Esta exigência fundamenta-se no fato de que o equipamento manipula dados sensíveis da instituição, sendo necessária a comprovação da garantia do fabricante para assegurar ao IBGE a qualidade e a integridade do produto adquirido.

Subcontratação

4.36. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Da exigência de amostra

4.37. Não se aplica para esta contratação.

Garantia da contratação

4.38. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, podendo o Contratado optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total da contratação

4.39. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.39.1. A apólice de seguro-garantia permanecerá em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

4.39.2. Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.

4.39.3. A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

4.39.4. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.

4.39.5. Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por

igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.

4.40. Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pelo Contratado, deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

4.41. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.

4.42. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

4.43. Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regulamente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.

4.43.1. O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).

4.44. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:

4.44.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas; e

4.44.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração ao Contratado.

4.45. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contado da data de assinatura do termo aditivo ou da emissão do apostilamento, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

4.46. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

4.47. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da data em que for notificada.

4.48. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

4.48.1. O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

4.48.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

4.49. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.

4.49.1. A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep.

4.49.2. A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.

4.50. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

4.51. O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.

4.52. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções ao Contratado.

4.53. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Termo de Referência.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

4.54. A demanda do órgão tem como base as seguintes características: Não é obrigatória a vistoria nos locais de instalação e posterior prestação do serviço de garantia.

Reserva de cotas para microempresas e empresas de pequeno porte:

4.55. Não será destinada cota para ME/EPP pois o valor unitário de cada item excede o limite de R\$80.000,00

Margem de Preferência

4.56. De acordo com o catálogo do Governo, o objeto da presente contratação não se enquadra na margem de preferência, pois:

4.56.1 para o CATMAT 451847, o código NCM associado é : 8471.50.90;

4.56.2 para o CATMAT: 379480, não existe um código NCM associado;

4.56.3 Dessa forma, não se aplica o disposto no Decreto nº 11.890/2024 sobre margem de preferência em função da suspensão disposta na RESOLUÇÃO SEGES-CICS/MGI Nº 6, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2024: 9.6. "Art. 1º Fica suspensa a aplicação das margens de preferência de que tratam, respectivamente, os artigos 3º e 4º da Resolução SEGES/CICS-MGI nº 4, de 18 de outubro de 2024, publicada no DOU de 22 de outubro de 2024, nas licitações: que tenham por critério de julgamento o menor preço por grupo de itens, exclusivamente nos casos em que o grupo é formado por ao menos um produto manufaturado nacional enquadrado nos códigos NCM listados no Anexo da referida Resolução, e ao menos um item que não seja assim caracterizado.

5. PAPÉIS E RESPONSABILIDADES

5.1. São obrigações da CONTRATANTE:

5.1.1. nomear Gestor e Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos;

5.1.2. encaminhar formalmente a demanda por meio de Ordem de Serviço ou de Fornecimento de Bens, de acordo com os critérios estabelecidos no Termo de Referência;

5.1.3. receber o objeto fornecido pelo Contratado que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas;

5.1.4. aplicar à contratada as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis, comunicando ao órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços, quando aplicável;

5.1.5. liquidar o empenho e efetuar o pagamento à contratada, dentro dos prazos preestabelecidos em contrato;

5.1.6. comunicar à contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento da solução de TIC;

5.1.7. definir produtividade ou capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC por parte do Contratado, com base em pesquisas de mercado, quando aplicável; e

5.1.8. prever que os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos cuja criação ou alteração seja objeto da relação contratual pertençam à Administração, incluindo a documentação, o código-fonte de aplicações, os modelos de dados e as bases de dados, justificando os casos em que isso não ocorrer.

5.2. São obrigações do CONTRATADO:

5.2.1. indicar formalmente preposto apto a representá-la junto à Contratante, que deverá responder pela fiel execução do contrato;

5.2.2. atender prontamente quaisquer orientações e exigências da Equipe de Fiscalização do Contrato, inerentes à execução do objeto contratual;

5.2.3. reparar quaisquer danos diretamente causados à Contratante ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução do contrato pela Contratante;

5.2.4. propiciar todos os meios necessários à fiscalização do contrato pela Contratante, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcial, em qualquer tempo, desde que motivadas as causas e justificativas desta decisão;

5.2.5. manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação;

5.2.6. quando especificada, manter, durante a execução do contrato, equipe técnica composta por profissionais devidamente habilitados, treinados e qualificados para fornecimento da solução de TIC;

5.2.7. quando especificado, manter a produtividade ou a capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC durante a execução do contrato;

5.2.8. ceder os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos produzidos em decorrência da relação contratual, incluindo a documentação, os modelos de dados e as bases de dados à Administração; e

5.2.9. fazer a transição contratual, com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do contratante ou da nova empresa que continuará a execução do contrato, quando for o caso.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

Rotinas de Execução

Do Encaminhamento Formal de Demandas

- 6.1. O gestor do contrato emitirá a Ordem de fornecimento de bens (OFB) para a entrega dos bens desejados.
- 6.2. O Contratado deverá fornecer equipamentos com as mesmas configurações e quantidades definidas na OFB.
- 6.3. O recebimento provisório e definitivo dos bens é disciplinado em tópico próprio deste TR.
- 6.4. Os equipamentos deverão ser novos e sem uso e ser produzido em série na época da entrega

Forma de execução e acompanhamento do contrato

Condições de Entrega

- 6.5. O prazo de entrega dos bens é de 45 dias, contados da assinatura do contrato, em remessa única conforme OFB. O prazo para instalação dos equipamentos será de 15 (quinze) dias corridos após a entrega definitiva.

6.6. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 20 (vinte) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

6.7. Os bens deverão ser entregues nos seguintes endereços:

- Grupo 1: R. Gen. Canabarro, 706 - Maracanã - Rio de Janeiro/RJ
- Grupo 2: Rua Urussuí, 93/13º andar - Itaim Bibi - São Paulo/SP

Formas de transferência de conhecimento

6.8. Não será necessária transferência de conhecimento devido às características do objeto.

Procedimentos de transição e finalização do contrato

6.9. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

Quantidade mínima de bens ou serviços para comparação e controle

6.10. Cada OFB conterá a quantidade a ser fornecida, incluindo a sua localização e o prazo, conforme definições deste TR.

Mecanismos formais de comunicação

6.11. São definidos como mecanismos formais de Comunicação, entre a Contratante e o Contratado, os seguintes:

- I) Ordem de Fornecimento de Bens;
- II) Ata de Reunião;
- III) Ofício;
- IV) Sistema de abertura de chamados;
- V) E-mails e Cartas;

Formas de Pagamento

6.12. Os critérios de medição e pagamento serão tratados em tópico próprio do Modelo de Gestão do Contrato.

Manutenção de Sigilo e Normas de Segurança

6.13. O Contratado deverá manter sigilo absoluto sobre quaisquer dados e informações contidos em quaisquer documentos e mídias, incluindo os equipamentos e seus meios de armazenamento, de que venha a ter conhecimento durante a execução do contrato, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pelo Contratante a tais documentos.

6.14. O Termo de Compromisso e Manutenção de Sigilo, contendo declaração de manutenção de sigilo e respeito às normas de segurança vigentes na entidade, a ser assinado pelo representante legal do Contratado, e Termo de Ciência, a ser assinado por todos os empregados do Contratado diretamente envolvidos na contratação, encontram-se nos ANEXOS I-B e I-C.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

7.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Reunião Inicial

7.5. Após a assinatura do Contrato e a nomeação do Gestor e Fiscais do Contrato, será realizada a Reunião Inicial de alinhamento com o objetivo de nivelar os entendimentos acerca das condições estabelecidas no Contrato, Edital e seus anexos, e esclarecer possíveis dúvidas acerca da execução do contrato.

7.6. A reunião será realizada em conformidade com o previsto no inciso I do Art. 31 da IN SGD/ME nº 94, de 2022, e ocorrerá em até 05 (cinco) dias úteis da assinatura do Contrato, podendo ser prorrogada a critério da Contratante.

7.7. A pauta desta reunião observará, pelo menos:

7.7.1. Presença do representante legal da contratada, que apresentará o seu preposto;

7.7.1.1. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

7.7.1.2. Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade

7.7.2. Entrega, por parte da Contratada, do Termo de Compromisso e dos Termos de Ciência;

7.7.3. esclarecimentos relativos a questões operacionais, administrativas e de gestão do contrato;

7.7.4. A Carta de apresentação do Preposto deverá conter no mínimo o nome completo e CPF do funcionário da empresa designado para acompanhar a execução do contrato e atuar como interlocutor principal junto à Contratante, incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder as principais questões técnicas, legais e administrativas referentes ao andamento contratual;

7.7.5. Apresentação das declarações/certificados do fabricante, comprovando que o produto ofertado possui a garantia solicitada neste termo de referência.

Fiscalização

7.8. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos, nos termos do art. 33 da IN SGD nº 94, de 2022, observando-se, em especial, as rotinas a seguir.

Fiscalização Técnica

7.9. O fiscal técnico do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, II, da IN SGD nº 94, de 2022, acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

7.10. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

7.11. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

7.12. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

7.13. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

7.14. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

7.15. O fiscal administrativo do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, IV, da IN SGD nº 94, de 2022, verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

7.16. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

7.17. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

7.17.1. Atribuições regulamentares previstas para o exercício da função, o(s) Fiscal(is) do Contrato, o Fiscal Requisitante dos serviços é o servidor do IBGE responsável pela solicitação dos serviços à CONTRATADA, com as seguintes atribuições.

7.17.2. Supervisionar a execução e implantação dos produtos e dos resultados gerados para os serviços requeridos.

7.17.3. Qualquer alteração do horário determinado para a execução dos serviços deverá ser solicitada e/ou demandada pelo gestor da execução do contrato, ou funcionário por ele designado, que avaliará caso a caso.

7.18. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor do Contrato

7.19. Cabe ao gestor do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, I, da IN SGD nº 94, de 2022:

7.19.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

7.19.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

7.19.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

7.19.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

7.19.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

7.19.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

7.19.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7.20. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

Critérios de Aceitação

7.21. A avaliação da qualidade dos produtos entregues, para fins de aceitação, consiste na verificação dos critérios relacionados a seguir:

7.22. Todos os equipamentos fornecidos deverão ser novos (incluindo todas as peças e componentes presentes nos produtos), de primeiro uso (sem sinais de utilização anterior), não reconicionados e em fase de comercialização normal através dos canais de venda do fabricante no Brasil (não serão aceitos produtos end-of-life).

7.23. Todos os componentes do(s) equipamento(s) e respectivas funcionalidades deverão ser compatíveis entre si, sem a utilização de adaptadores, frisagens, pinturas, usinagens em geral, furações, emprego de adesivos, fitas adesivas ou quaisquer outros procedimentos não previstos nas especificações técnicas ou, ainda, com emprego de materiais inadequados ou que visem adaptar forçadamente o produto ou suas partes que sejam fisicamente ou logicamente incompatíveis.

7.24. Todos os componentes internos do(s) equipamento(s) deverá(ão) estar instalado(s) de forma organizada e livres de pressões ocasionados por outros componentes ou cabos, que possam causar desconexões, instabilidade, ou funcionamento inadequado.

7.25. O número de série de cada equipamento deve ser obrigatório e único, afixado em local visível, na parte externa do gabinete e na embalagem que o contém. Esse número deverá ser identificado pelo fabricante, como válido para o produto entregue e para as condições do mercado brasileiro no que se refere à garantia e assistência técnica no Brasil.

7.26. Serão recusados os produtos que possuam componentes ou acessórios com sinais claros de oxidação, danos físicos, sujeira, riscos ou outro sinal de desgaste, mesmo sendo o componente ou acessório considerado como novos pelo fornecedor dos produtos.

7.27. Os produtos, considerando a marca e modelo apresentados na licitação, não poderão estar fora de linha comercial, considerando a data de LICITAÇÃO (abertura das propostas). Os produtos devem ser fornecidos completos e prontos para a utilização, com todos os acessórios, componentes, cabos etc.

7.28. Todas as licenças, referentes aos softwares e drivers solicitados, devem estar registrados para utilização do Contratante, em modo definitivo (licenças perpétuas), legalizado, não sendo admitidas versões “shareware” ou “trial”. O modelo do produto ofertado pelo licitante deverá estar em fase de produção pelo fabricante (no Brasil ou no exterior), sem previsão de encerramento de produção, até a data de entrega da proposta.

7.29. A Contratante poderá optar por avaliar a qualidade de todos os equipamentos fornecidos ou uma amostra dos equipamentos, atentando para a inclusão nos autos do processo administrativo de todos os documentos que evidenciem a realização dos testes de aceitação em cada equipamento selecionado, para posterior rastreabilidade.

7.30. Só haverá o recebimento definitivo, após a análise da qualidade dos bens e/ou serviços, em face da aplicação dos critérios de aceitação, resguardando-se ao Contratante o direito de não receber o OBJETO cuja qualidade seja comprovadamente baixa ou em desacordo com as especificações definidas neste Termo de Referência – situação em que poderão ser aplicadas à CONTRATADA as penalidades previstas em lei, neste Termo de Referência e no CONTRATO. Quando for o caso, a empresa será convocada a refazer todos os serviços rejeitados, sem custo adicional.

Níveis Mínimos de Serviço Exigidos

7.31. Os níveis mínimos de serviço são indicadores mensuráveis estabelecidos pelo Contratante para aferir objetivamente os resultados pretendidos com a contratação. A avaliação da execução do objeto utilizará os Níveis Mínimos de Serviço a seguir como substituto ao Instrumento de Medição de Resultado (IMR). São considerados para a presente contratação os seguintes indicadores:

7.31.1 IAE – INDICADOR DE ATRASO NO FORNECIMENTO DO EQUIPAMENTO		
Tópico	Descrição	
Finalidade	Medir o tempo de atraso na entrega dos produtos e serviços constantes na Ordem de Fornecimento de Bens.	
Meta a cumprir	IAE < = 0	A meta definida visa garantir a entrega dos produtos e serviços constantes nas Ordens de Fornecimento de Bens dentro do prazo previsto.
Instrumento de medição	OFB, Termo de Recebimento Provisório (TRP)	
Forma de acompanhamento	A avaliação será feita conforme linha de base do cronograma registrada na OFB. Será subtraída a data de entrega dos produtos da OFB (desde que o fiscal técnico reconheça aquela data, com registro em Termo de Recebimento Provisório) pela data de início da execução da OFB.	
Periodicidade	Para cada Ordem de Fornecimento de Bens encerrada e com Termo de Recebimento Definitivo.	
Mecanismo de Cálculo (métrica)	<p>IAE = <u>TEX – TEST</u></p> <p>Onde:</p> <p>IAE – Indicador de Atraso de Entrega da OFB;</p> <p>TEX – Tempo de Execução – corresponde ao período de execução da OFB, da sua data de início até a data de entrega dos produtos da OFB.</p> <p>A data de início será aquela constante na OFB; caso não esteja explícita, será o primeiro dia útil após a emissão da OFB.</p> <p>A data de entrega da OFB deverá ser aquela reconhecida pelo fiscal técnico, conforme critérios constantes neste Termo de Referência. Para os casos em que o fiscal técnico rejeita a entrega, o prazo de execução da OFB continua a correr, findando-se apenas quanto o Contratado entrega os produtos da OFB e haja aceitação por parte do fiscal técnico.</p> <p>TEST – Tempo Estimado para a execução da OFB – constante na OFB, conforme estipulado no Termo de Referência.</p>	

Observações	<p>Obs1: Serão utilizados dias corridos na medição.</p> <p>Obs2: Os dias com expediente parcial no órgão/entidade serão considerados como dias corridos no cômputo do indicador.</p>
Início de Vigência	A partir da emissão da OFB.
Faixas de ajuste no pagamento e Sanções	<p>Para valores do indicador IAE:</p> <p>Menor ou igual a 0 – Pagamento integral da OFB;</p> <p>De 1 a 60 - aplicar-se-á glosa de 0,1666% por dia de atraso sobre o valor da OFB ou fração em atraso.</p> <p>Acima de 60 - aplicar-se-á glosa de 10% bem como multa de 2% sobre o valor OFB ou fração em atraso.</p>

7.31.2 Demais indicadores:

1. Garantia do fabricante por um período mínimo de 60 (sessenta) meses;
2. Todos os equipamentos a serem fornecidos ao IBGE deverão ser totalmente iguais ao apresentado para aprovação técnica, podendo o IBGE recusá-los no caso do não cumprimento desta condição;
3. Nenhum componente do equipamento especificado poderá apresentar conexões, fios, jumpers ou outros elementos que indiquem erro ou imprecisão de projeto;
4. Deverão ser fornecidos apenas componentes novos, sendo vedado, em quaisquer circunstâncias, o uso de produtos reconicionados, provenientes de utilização de material já empregado;
5. Atendimento 24x7x365, entrega de peças para o próximo dia útil (NBD);
6. Serviço de manutenção corretiva com atendimento 24 horas por dia, 7 dias por semana; com 4 horas para atendimento e 6 horas para resolução;
7. Os serviços de reparo dos equipamentos especificados serão executados onde se encontram (on-site);
8. A contratada deve possuir Central de Atendimento tipo (0800) para abertura dos chamados de garantia, comprometendo-se a manter registros dos mesmos constando a descrição do problema;
9. Durante o prazo de garantia a parte ou peça defeituosa deverão ser substituídas sem ônus para o contratante, salvo quando o defeito for provocado por uso inadequado dos equipamentos;
10. Durante o prazo de garantia, em caso de ocorrência de falha e necessidade de reposição dos discos rígidos, os mesmos devem ficar em posse da contratante, por medida de segurança e confidencialidade das informações;
11. A troca dos discos rígidos defeituosos deverá ser realizada no local onde o equipamento encontra-se instalado, por profissional qualificado e capacitado, na presença do preposto da contratante. Será vedado o envio dos discos rígidos pelo correio ou por outros meios de entrega;
12. Os serviços de suporte e manutenção deverão, independente de configuração ou política de comercialização do fabricante, prover obrigatoriamente:
 - a. Ajustes e configurações conforme manuais e normas técnicas do fabricante;
 - b. Todos os procedimentos destinados a restaurar o equipamento ao seu perfeito estado de funcionamento;
 - c. Fornecimento de informações e esclarecimentos de dúvidas sobre administração, configuração, otimização, resolução de problemas ou utilização;
 - d. O atendimento de um chamado técnico só será considerado solucionado após autorização do IBGE ou seu representante formalmente designado, e desde que restabelecidos os sistemas/serviços sem restrições, ou seja, quando não se tratar de uma solução paliativa;
13. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:
 - a. não produzir os resultados acordados;
 - b. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

- c. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

14. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

15. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

1. Todos os equipamentos a serem fornecidos ao IBGE deverão ser totalmente iguais ao apresentado para aprovação técnica, podendo o IBGE recusá-los no caso do não cumprimento desta condição;
2. Nenhum componente do equipamento especificado poderá apresentar conexões, fios, jumpers ou outros elementos que indiquem erro ou imprecisão de projeto;
3. Deverão ser fornecidos e instalados apenas componentes novos, sendo vedado, em quaisquer circunstâncias, o uso de produtos reconicionados, provenientes de utilização de material já empregado;
4. Atendimento 24x7x365;
5. Severidade 1: Qualquer falha que pode levar a indisponibilidade ou perda de dados; Funcionalidade ou desempenho severamente comprometido.
 - a. Tempo de resposta: até 30min
 - b. Tempo de resposta on-site: 4hrs
 - c. Tempo de resolução: 8 horas
6. Severidade 2: Produto com alguma degradação em desempenho ou funcionalidade.
 - a. Tempo de resposta: até 15min
 - b. Tempo de resposta on-site: até próximo dia útil
 - c. Tempo de resolução: 48 horas;
7. Severidade 3: Pouca degradação em desempenho ou funcionalidade.
 - a. Tempo de resposta: até 1 hora útil
 - b. Tempo de resposta on-site: até 3 dias úteis
 - c. Tempo de resolução: 80 horas;
8. A tabela abaixo representa os percentuais de atendimento aos chamados esperados e sanções por descumprimento. Todas as sanções referentes aos níveis de serviço estão limitadas ao valor máximo previsto da cláusula sanções administrativas no contrato:

Evento	Índice	Sanção
Atraso na resolução de chamados de severidade 1	Mais do que 5% de chamados atrasaram no mês	Multa de 0,25% do valor total do contrato
Atraso na resolução de chamados de severidade 2	Mais do que 10% de chamados atrasaram no mês	Multa de 0,2% do valor total do contrato
Atraso na resolução de chamados de severidade 3	Mais do que 15% de chamados atrasaram no mês	Multa de 0,1% do valor total do contrato

16. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

- a. não produzir os resultados acordados;
- b. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- c. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

17. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

- a. o pagamento único ocorrerá conforme condições descritas neste Termo de Referência.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E PROCEDIMENTOS PARA RETENÇÃO OU GLOSA NOS PAGAMENTOS

8.1. Nos casos de inadimplemento na execução do objeto, as ocorrências serão tratadas conforme descrito no item anterior (Níveis Mínimos de Serviço).

8.2. Nos termos do art. 19, inciso III da Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, nos casos em que o Contratado:

8.2.1. não atingir os valores mínimos aceitáveis fixados nos critérios de aceitação, não produzir os resultados ou deixar de executar as atividades contratadas; ou

8.2.2. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para fornecimento da solução de TIC, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada;

8.3. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do contrato;

d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;

g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.4. serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.4.1 Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.4.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.4.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.4.4. Multa:

8.4.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de **0,5% (cinco décimos por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **15 (quinze) dias**

8.4.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

8.4.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

8.4.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de **10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento)** do valor da contratação.

8.4.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de **10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento)** do valor da contratação.

8.4.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de **15% (quinze por cento) a 20% (vinte por cento)** do valor da contratação.

8.4.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de **1% (um por cento) a 20% (vinte por cento)** do valor da contratação.

8.4.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de **1% (um por cento) a 20% (vinte por cento)** o valor da contratação.

8.5. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.6. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.7. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.8. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.9. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.10. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.10.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.10.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.11. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.11.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.11.2. as peculiaridades do caso concreto;

8.11.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.11.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

8.11.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.12. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.13. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.14. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.14.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.15. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.16. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

9. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento do Objeto

9.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

9.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

9.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

9.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 05 (cinco) dias úteis.

9.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

9.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

9.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

9.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

9.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

Liquidação

9.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

9.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 9.12.1. o prazo de validade;
- 9.12.2. a data da emissão;
- 9.12.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 9.12.4. o período respectivo de execução do contrato;
- 9.12.5. o valor a pagar; e
- 9.12.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

9.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

9.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- 9.15.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;
- 9.15.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

9.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

9.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

9.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

9.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

9.20. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

9.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice ICTI de correção monetária.

Forma de pagamento

9.22. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

9.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

9.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

9.25. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

9.26. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de Crédito

9.27. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

9.27.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

9.27.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

9.27.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

9.27.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

9.28. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

Reajuste

9.29. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 02/04/2026.

9.30. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do Índice de Custos de Tecnologia da Informação - ICTI[A19] , mantido pela Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

9.31. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

9.32. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

9.33. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

9.34. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

9.35. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

9.36. O reajuste será realizado por apostilamento.

10. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

10.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

10.2 Serão considerados preços manifestamente inexequíveis aqueles que não venham a ter demonstrada sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos apresentados não sejam compatíveis com a execução do objeto

Forma de fornecimento

10.3. O fornecimento do objeto será integral.

Critérios de aceitabilidade de preços

10.4. Valores unitários: conforme tabela constante no item 1.1 deste Termo de Referência.

Exigências de habilitação

10.5. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

10.6. pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

10.7. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

10.8. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

10.9. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.10. sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

10.11. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.12. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

10.13. sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

10.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

10.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

10.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

10.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

10.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

10.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

10.20. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

10.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

10.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

10.23. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

10.24. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

10.25. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

LG =

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =

Ativo Total

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =

Ativo Circulante

Passivo Circulante

10.26. Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.

10.27. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação;

10.28. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

10.29. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

10.30. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

10.31. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

10.32. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

10.32.1 Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas: Fornecimento de 25% do total solicitado neste Termo de Referência para equipamentos de informática (chassi de lâmina blades) e servidores de lâmina blades. A especificação técnica descrita tem como objetivo dar garantias mínimas que o hardware adquirido tenha capacidade de processar as atividades prevista. Nesse sentido, foi considerado a carga uso destes servidores e as quantidades de acordo com atualmente é utilizado para essas atividades de cooperação, com prestação de serviço de garantia estendida

10.32.2 Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo exigido, a apresentação e o somatório de diferentes atestados relativos a contratos executados de forma concomitante.

10.32.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

10.32.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foi executado o objeto Contratado, dentre outros documentos.

10.33 Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação. Esta declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação

Disposições gerais sobre habilitação

10.36. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

10.37. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

10.38. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

10.39. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

10.40. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

11. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

11.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de R\$17.610.057,81 (dezessete milhões, seiscentos e dez mil e cinquenta e sete reais e oitenta e um centavos), conforme custos unitários apostos na tabela contida no item 1.1.

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

12.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- Gestão/Unidade: 114601;
- Fonte de Recursos: NACIONAL;
- Programa de Trabalho: 225271, 225270, 229090, 249585 e 249583;
- Elemento de Despesa: 44905243;
- Plano Interno: INFO, INFRA, PESQUISAS, 12CENSOAGRO e CENSOPSR.

12.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

13. DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilasas

--	--	--

<div>Integrante</div> <div>Requisitante</div> <div>Gabriela Lisboa Martins</div> <div>Analista Plan Gest Inf Infor Geog Estati</div> <div>Matrícula/SIAPE: 2340909</div>	<div>Integrante</div> <div>Técnico</div> <div>Analista Plan Gest Inf Infor Geog Estati</div> <div>Jansen Silva Cardoso</div> <div>Matrícula/SIAPE: 2130935</div>	<div>Integrante</div> <div>Administrativo</div> <div>Antonio Agra Lopes Neto</div> <div>Analista Plan Gest Inf Infor Geog Estati</div> <div>Matrícula/SIAPE: 1788268</div>
--	--	--

<div>Autoridade Máxima da Área de TIC</div> <div><div></div><div>Marcos Vinicius Ferreira Mazoni</div><div>Diretor de Tecnologia da Informação</div><div>Matrícula: 1572698</div></div>

Aprovo,

<div>Autoridade Competente</div> <div><div></div></div>

14. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ANTONIO AGRA LOPES NETO
Equipe de apoio

MARCOS VINICIUS FERREIRA MAZONI

Autoridade competente

GABRIELA LISBOA MARTINS

Equipe de apoio

JANSEN SILVA CARDOSO

Equipe de apoio

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - 09_TR ANEXOS_Aquisicao blades_V5 marco2026 ANEXOS.docx (57.31 KB)

ANEXO I-A – ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA

1. Especificações técnicas ITEM 1 – LÂMINAS TIPO I (BLADES) – Site Rio: os itens abaixo descrevem as características mínimas exigidas para esta contratação.

1.1. Chassi

- 1.1.1. Gabinete tipo Blade modular;
- 1.1.2. A alimentação elétrica e a ventilação devem ser providas pelo Enclosure;
- 1.1.3. Possuir, no mínimo, 2 (duas) baias de drives de 2.5 polegadas, hot-plug ou hotswappable;

1.2. Processador

- 1.2.1. Possuir 02 (dois) processadores, com arquitetura x86 de mesmo modelo e projetados para utilização em servidores;
- 1.2.2. Possuir no mínimo 16 (dezesesseis) núcleos cada;
- 1.2.3. Possuir no mínimo 2.8 Ghz de frequência sem uso de turbo ou aceleradores;
- 1.2.4. Possuir instruções AVX-512 e extensões de virtualização.
- 1.2.5. Ser da última geração do fabricante ou geração anterior porém ainda em linha de produção pelo fabricante.

1.3. Memória RAM

- 1.3.1. Deverá possuir no mínimo 1TB (um) Terabyte de RAM instalados.
- 1.3.1. Os módulos deverão ser do tipo DDR5 com as seguintes características técnicas:
- 1.3.2. RDIMM (Registered) ou LRDIMM (Load Reduced);
- 1.3.3. Controladora de memória com suporte a DDR5 de no mínimo 4800MT/s;
- 1.3.4. Módulos singles rank (1R), dual rank (2R) e quad rank (4R);
- 1.3.5. Possuir 1 (um) TB de memória RAM, provisionados por módulos DIMM RDIMM ECC ou LRDIMM ECC, dual rank (2R) ou quad rank (4R), com capacidade de no mínimo 64 GB e velocidade de 4400MT/s ou superior;
- 1.3.6. Suportar tecnologia SDDC ou Advanced ECC ou Chipkill para detecção e correção de falhas de chip e erros multi-bit;
- 1.3.7. Suportar tecnologia de espelhamento do conteúdo da memória subdividindo-a em duas partes idênticas (Memory Mirroring ou equivalente);

1.4. Motherboard

- 1.4.1. A motherboard deve ser da mesma marca do fabricante do microcomputador, desenvolvida especificamente para o modelo ofertado. Não serão aceitas placas de livre comercialização no mercado;
- 1.4.2. Possuir no mínimo 16 (dezesesseis) slots DIMM de memória DDR5;
- 1.4.3. Possuir no mínimo 02 (dois) slots Mezzanine Card PCI-Express 3.0 de 16 vias (x16) ou superior;

1.4.4. Possuir internamente slots M.2, SD ou portas USB específicas com objetivo de habilitar futuras instalações de Hypervisor, com proteção contra falha por espelhamento.”

1.4.5. Possuir dispositivo de gerenciamento out-of-band compatível com os módulos de gerenciamento do Enclosure;

1.5. BIOS e Segurança

1.5.1. BIOS desenvolvida pelo mesmo fabricante do equipamento ou este fabricante deve ter direitos copyright sobre a mesma, comprovados através de atestado. Não será aceito equipamento com BIOS em regime de OEM ou customizada;

1.5.2. A BIOS deve possuir a informação do número de série do equipamento e um campo editável que permita inserção de identificação customizada (Asset Tag). Ambas as informações devem ser passíveis de consulta via software de gerenciamento;

1.5.3. Possuir chip de segurança TPM (Trusted Platform Module) versão 1.2 ou superior para armazenamento de chaves criptográficas;

1.6. Vídeo

1.6.1. Controladora de vídeo integrada 2D Matrox G200 ou equivalente, com 16 MB de memória e compatível com cores de 32 bits;

1.7. Network

1.7.1. Possuir interfaces de rede 25 Gigabit Ethernet com as seguintes características técnicas:

1.7.2. No mínimo 2 (duas) portas 10/25GbE;

1.7.3. Suportar funcionalidade de HBA iSCSI, com processamento offload e boot via SAN iSCSI;

1.7.4. Suportar FCoE, com processamento offload;

1.7.5. Possuir tecnologia TOE ou LSO/TSO para otimização do processamento TCP/IP;

1.7.6. Suportar MSI-X e RSS para redução de overhead e otimização do uso de CPU;

1.7.7. Suportar os seguintes recursos de rede: Virtual LANs (IEEE 802.1q), Link aggregation (802.3ad) e Flow Control (IEEE 802.3x) ou padrão superior;

1.7.8. Suportar jumbo frame, IPv4 e IPv6;

1.7.9. Compatível com VMware NetQueue e Microsoft VMQ;

1.7.10. Suportar o particionamento lógico das portas físicas 25GbE da seguinte forma:

1.7.11. No mínimo 3 (três) interfaces lógicas por porta física;

1.7.12. Permitir a configuração de interfaces lógicas no padrão iSCSI e FCoE;

1.7.13. O particionamento deve ser provido por recurso de firmware da própria controladora, independente de software e switch;

1.7.14. Caso seja fornecida solução convergente, o número de interfaces solicitadas poderá ser atendido por placa CNA (Converged Network Adapter) desde que sejam atendidas todas as características técnicas descritas.

1.8. Controladora RAID

- 1.8.1. Controladora RAID de discos internos com as seguintes características técnicas:
- 1.8.2. Suportar drives NVMe, SSD (Solid-State Drive) e HDD (Hard Disk Drive);
- 1.8.3. Suportar RAID 0 e 1 via hardware;
- 1.8.4. Deve possuir cache mínimo de 1GB
- 1.8.5. Possuir canais SAS 6 Gb/s, suficientes para suportar a quantidade máxima de discos do servidor;

1.9. Armazenamento

- 1.9.1. Possuir 02 (dois) drives NVMe de 480 GB ou superior, hot-plug;
- 1.9.2. Acompanhar todos os acessórios necessários para a função hot-plug ou hot-swappable dos drives (trilhos, backplanes, etc.);

1.10. Controladora HBA

- 1.10.1. Possuir 01 (uma) controladora HBA (Host Bus Adaptor) FC (Fibre Channel) Dual-Port padrão PCI-Express 3.0 ou superior com as seguintes características:
- 1.10.2. Portas 16/32 Gbps;
- 1.10.3. Compatível com as topologias Point-to-point (N_Port) e switched fabric (N_Port);
- 1.10.4. Caso seja fornecida solução convergente, o número de interfaces solicitadas poderá ser atendido por placa CNA (Converged Network Adapter) desde que sejam atendidas todas as características técnicas descritas.

1.11. Compatibilidade com Sistema Operacional

- 1.11.1. O modelo do servidor ofertado deve estar certificado para o sistema operacional Windows Server 2022 Datacenter x86 e x64, comprovado através do Windows Server Catalog da Microsoft;
- 1.11.2. O modelo do servidor ofertado deve estar certificado para o sistema operacional RHEL 9 ou posterior, comprovado através do HCL (Hardware Compatibility List) da Red Hat;

2. Especificações técnicas ITEM 2 – CHASSIS - SITE Rio: os itens abaixo descrevem as características mínimas exigidas para esta contratação.

2.1. Deverão ser fornecidos enclosures (chassis) para atender a quantidade total de servidores blades, com a seguinte descrição técnica:

- 2.1.1. Possuir display ou Led que permitam monitorar os principais componentes do Enclosure (Blades, Módulos de I/O, Ventilação e Fontes), com módulos de gerência redundantes;
- 2.1.2. Possuir midplane totalmente passivo ou sem midplane, fontes e módulo de IO redundantes com capacidade de prover conexões redundantes de forma que não haja pontos únicos de falha;

2.1.3. Possuir conjunto de fontes de alimentação hot-plug e redundantes (N+N), onde N é a quantidade mínima de fontes necessária para suprir a solução em sua configuração máxima suportada;

2.2. Conectividade Ethernet

2.2.1. Possuir interfaces internas 10, 25 e 100 Gigabit Ethernet em quantidade suficiente para suprir a capacidade máxima de Blades suportada pelo Enclosure e portas externas que atendam ao requisito de oversubscription de no mínimo 4:1, distribuídos em equipamentos redundantes sem ponto único de falha; Com entrega do cabo breakout de 10 metros com uma terminação MPO e 04 (quatro) terminações LC ; e transceiver de 10/25 e 100G Base-SR (para configuração completa),

2.2.2. Possuir interfaces externas SFP28 para 10 e 25 gbps para atender ao item 2.2.1. Caso o transceptor não seja compatível com 25 e 10 gbps deverão ser fornecidos ambos os transceptores.

2.2.3. Suportar o protocolo de gerenciamento SNMP v3;

2.2.4. Cada porta externa SFP28 deve acompanhar seu respectivo transceptor SFP+ MMF com porta LC, compatível com 25GBASE-SR

2.2.5. Ao menos 2 (duas) portas externas deve acompanhar seu respectivo transceptor QSFP MMF com porta MPO, compatível com 100GBase-SR, e cabo de fibra ótica multi-modo (MMF) breakout com uma terminação MPO e 04 (quatro) terminações LC e comprimento mínimo de 10 metros”

2.2.6. Deverão ser fornecidos 2 (dois) transceptores QSFP 100 GbE além das portas solicitadas no item “a”

2.2.7. O cálculo de oversubscription deve atender a configuração com interfaces externas SFP28, considerando que trabalharão a 10gbps;

2.2.8. Cada transceptor SFP28 deve acompanhar cabo FC multi-modo (MMF), OM3 de 50/125nm ou superior, conectores LC/LC e comprimento de no mínimo 10 metros.

2.3. Conectividade SAN

2.3.1. Possuir interfaces internas FC de 32/16 Gbps em quantidade suficiente para suprir a capacidade máxima de Blades suportada pelo Enclosure e portas externas que atendam ao requisito de oversubscription de 4:1, distribuídos em equipamentos redundantes sem ponto único de falha;

2.3.2. Arquitetura não bloqueante;

2.3.3. Possuir interfaces internas FC de 32/16 Gbps em quantidade suficiente para suprir a capacidade máxima de Blades suportada pelo Enclosure, utilizando lâminas de 2 sockets de processador;

2.3.4. As portas externas necessárias para atender o item 2.3.1 devem possuir seus respectivos transceptores LC SWL;

- 2.3.5. Todas as portas FC devem estar devidamente habilitadas/licenciadas;
- 2.3.6. Compatível com o modo nativo (full-fabric) suportando as portas F_Port, E_Port ou NPIV;
- 2.3.7. Deve ser com como modo de interoperabilidade NPV. (incluído)
- 2.3.7. Compatível com o modo de interoperabilidade (NPIV) suportando as portas F_Port e N_Port;
- 2.3.8. Suportar a configuração de ISL Trunking ou Port Channel em todas as portas externas, possibilitando extrair o máximo de throughput dessas portas;
- 2.3.9. Cada porta externa deve acompanhar seu respectivo transceptor SFP+ MMF com porta LC, compatível com FC de no mínimo 32;
- 2.3.10. Cada transceptor deve acompanhar cabo FC multi-modo (MMF), OM3 de 50/125nm, conectores LC/LC e comprimento de no mínimo 10 metros.

2.4. Suportar os protocolos de criptografia SSL para acesso Web e SSH para acesso CLI

- 2.4.1. O software console deve realizar descoberta e inventário remoto dos servidores e seus componentes;
- 2.4.2. Permitir o monitoramento remoto, através do software console, das condições de funcionamento da solução Blade e seus principais componentes, tais como: processadores, memória RAM, controladoras RAID, drives, fontes de alimentação, NICs, switches, ventiladores e interface de gerenciamento out-of-band;
- 2.4.3. Emitir alertas de anormalidade no funcionamento do hardware e de firmware e/ou drivers desatualizados, permitindo visualizá-los através do software console e via e-mail;
- 2.4.4. Permitir o monitoramento remoto (1:1 e 1:N) em tempo real do consumo de energia elétrico da solução através de software console com exibição gráfica, permitindo gerenciar parâmetros de consumo;
- 2.4.5. Permitir a configuração remota de parâmetros da BIOS e RAID através de console remota, distribuída de forma individual ou agrupada;
- 2.4.6. Permitir ligar, desligar e reiniciar os servidores remotamente e independente de sistema operacional;
- 2.4.7. Permitir o controle remoto do tipo virtual KVM de forma out-of-band, ou seja, independente de sistema operacional ou software agente;
- 2.4.8. Permitir a emulação de mídias virtuais de inicialização (boot) através de CD/DVD remoto, compartilhamentos de rede NFS/CIFS e dispositivos de armazenamento USB remotos;
- 2.4.9. Suportar autenticação local e através de integração com MS Active Directory/LDAP;
- 2.4.10. Permitir a captura de vídeo ou tela de situações de falhas críticas de sistemas operacionais e inicialização do sistema (boot), possibilitando uma depuração mais aprimorada;

2.4.11. As funcionalidades de gerenciamento e monitoramento de hardware devem ser providas por recursos do próprio equipamento e independente de agentes ou sistemas operacionais, através da console de gerência e via interface out-of-band;

2.4.12. A solução de gerenciamento deve estar devidamente licenciada conforme as condições de garantia e suporte do equipamento;

2.4.13. A solução deve fornecer módulo de integração com o software de gerência SCOM 2019 R2 (System Center Operation Manager 2019) e superior, através do SCOM deverá ser possível visualizar estados e eventos de hardware relacionados anteriormente.

2.5. Acessórios

2.5.1. Deverá possuir dispositivo KVM, interno ou externo ao Enclosure, que possibilite a conexão direta de uma Console KVM (teclado, mouse e monitor) de forma que cada servidor Blade seja acessado através dessa console KVM, sem que haja remanejo de cabos ou conectores.

2.5.2. Os espaços para servidores Blade não utilizados nos chassis deverão ser vedados para melhor utilização da ventilação/refrigeração;

2.5.3. Acompanhar kit de trilhos para instalação do Enclosure em rack padrão EIA-310;

2.5.4. Deve acompanhar no mínimo 2 (duas) PDUs compatíveis e com capacidade de suprir a solução Blade em sua configuração máxima suportada. O conjunto de PDUs deve permitir a implementação e circuitos redundantes;

3. Especificações técnicas ITEM 3 – LÂMINAS TIPO I (BLADES) – SITE SP: os itens abaixo descrevem as características mínimas exigidas para esta contratação.

3.1. Chassi

3.1.1. Gabinete tipo Blade modular;

3.1.2. A alimentação elétrica e a ventilação devem ser providas pelo Enclosure;

3.1.3. Possuir, no mínimo, 2 (duas) baias de drives de 2.5 polegadas, hot-plug ou hotswappable;

3.2. Processador

3.2.1. Possuir 02 (dois) processadores, com arquitetura x86 de mesmo modelo e projetados para utilização em servidores;

3.2.2. Possuir no mínimo 16 (dezesesseis) núcleos cada;

3.2.3. Possuir no mínimo 2.8 Ghz de frequência sem uso de turbo ou aceleradores;

3.2.4. Possuir instruções AVX-512 e extensões de virtualização.

3.2.5. Ser da última geração do fabricante ou geração anterior porém ainda em linha de produção pelo fabricante.

3.3. Memória RAM

- 3.3.1. Deverá possuir no mínimo 1TB (um) Terabyte de RAM instalados.
- 3.3.1. Os módulos deverão ser do tipo DDR5 com as seguintes características técnicas:
- 3.3.2. RDIMM (Registered) ou LRDIMM (Load Reduced);
- 3.3.3. Controladora de memória com suporte a DDR5 de no mínimo 4400MT/s;
- 3.3.4. Módulos singles rank (1R), dual rank (2R) e quad rank (4R);
- 3.3.5. Possuir 1 (um) TB de memória RAM, provisionados por módulos DIMM RDIMM ECC ou LRDIMM ECC, dual rank (2R) ou quad rank (4R), com capacidade de no mínimo 64 GB e velocidade de 4400MT/s ou superior;
- 3.3.6. Suportar tecnologia SDDC ou Advanced ECC ou Chipkill para detecção e correção de falhas de chip e erros multi-bit;
- 3.3.7. Suportar tecnologia de espelhamento do conteúdo da memória subdividindo-a em duas partes idênticas (Memory Mirroring ou equivalente);

3.4. Motherboard

- 3.4.1. A motherboard deve ser da mesma marca do fabricante do microcomputador, desenvolvida especificamente para o modelo ofertado. Não serão aceitas placas de livre comercialização no mercado;
- 3.4.2. Possuir no mínimo 16 (dezesesseis) slots DIMM de memória DDR5;
- 3.4.3. Possuir no mínimo 02 (dois) slots Mezzanine Card PCI-Express 3.0 de 16 vias (x16) ou superior;
- 3.4.4. Possuir internamente slots M.2, SD ou portas USB específicas com objetivo de habilitar futuras instalações de Hypervisor, com proteção contra falha por espelhamento." futuras instalações de Hypervisor, com proteção contra falha por espelhamento.
- 3.4.5. Possuir dispositivo de gerenciamento out-of-band compatível com os módulos de gerenciamento do Enclosure;

3.5. BIOS e Segurança

- 3.5.1. BIOS desenvolvida pelo mesmo fabricante do equipamento ou este fabricante deve ter direitos copyright sobre a mesma, comprovados através de atestado. Não será aceito equipamento com BIOS em regime de OEM ou customizada;
- 3.5.2. A BIOS deve possuir a informação do número de série do equipamento e um campo editável que permita inserção de identificação customizada (Asset Tag). Ambas as informações devem ser passíveis de consulta via software de gerenciamento;
- 3.5.3. Possuir chip de segurança TPM (Trusted Platform Module) versão 1.2 ou superior para armazenamento de chaves criptográficas;

3.6. Vídeo

3.6.1. Controladora de vídeo integrada 2D Matrox G200 ou equivalente, com 16 MB de memória e compatível com cores de 32 bits;

3.7. Network

3.7.1. Possuir interfaces de rede 25 Gigabit Ethernet com as seguintes características técnicas:

3.7.2. No mínimo 2 (duas) portas 10/25GbE;

3.7.3. Suportar funcionalidade de HBA iSCSI, com processamento offload e boot via SAN iSCSI;

3.7.4. Suportar FCoE, com processamento offload;

3.7.5. Possuir tecnologia TOE ou LSO/TSO para otimização do processamento TCP/IP;

3.7.6. Suportar MSI-X e RSS para redução de overhead e otimização do uso de CPU;

3.7.7. Suportar os seguintes recursos de rede: Virtual LANs (IEEE 802.1q), Link aggregation (802.3ad) e Flow Control (IEEE 802.3x);

3.7.8. Suportar jumbo frame, IPv4 e IPv6;

3.7.9. Compatível com VMware NetQueue e Microsoft VMQ;

3.7.10. Suportar o particionamento lógico das portas físicas 25GbE da seguinte forma:

3.7.11. No mínimo 3 (três) interfaces lógicas por porta física;

3.7.12. Permitir a configuração de banda de rede de cada interface lógica com taxas de 1Gb até 10Gb;

3.7.13. Permitir a configuração de interfaces lógicas no padrão iSCSI e FCoE;

3.7.14. O particionamento deve ser provido por recurso de firmware da própria controladora, independente de software e switch;

3.7.15. Caso seja fornecida solução convergente, o número de interfaces solicitadas poderá ser atendido por placa CNA (Converged Network Adapter) desde que sejam atendidas todas as características técnicas descritas.

3.8. Controladora RAID

3.8.1. Controladora RAID de discos internos com as seguintes características técnicas:

3.8.2. Suportar drives NVMe, SSD (Solid-State Drive) e HDD (Hard Disk Drive);

3.8.3. Suportar RAID 0 e 1 via hardware;

3.8.4. Deve possuir cache mínimo de 1GB

3.8.5. Possuir canais SAS 6 Gb/s, suficientes para suportar a quantidade máxima de discos do servidor;

3.9. Armazenamento

3.9.1. Possuir 02 (dois) drives NVMe de 480 GB ou superior, hot-plug;

3.9.2. Acompanhar todos os acessórios necessários para a função hot-plug ou hot-swappable dos drives (trilhos, backplanes, etc.);

3.10. Controladora HBA

3.10.1. Possuir 01 (uma) controladora HBA (Host Bus Adaptor) FC (Fibre Channel) Dual-Port padrão PCI-Express 3.0 ou superior com as seguintes características:

3.10.2. Portas 16/32 Gbps;

3.10.3. Compatível com as topologias Point-to-point (N_Port) e switched fabric (N_Port);

3.10.4. Caso seja fornecida solução convergente, o número de interfaces solicitadas poderá ser atendido por placa CNA (Converged Network Adapter) desde que sejam atendidas todas as características técnicas descritas.

3.11. Compatibilidade com Sistema Operacional

3.11.1. O modelo do servidor ofertado deve estar certificado para o sistema operacional Windows Server 2022 Datacenter x86 e x64, comprovado através do Windows Server Catalog da Microsoft;

3.11.2. O modelo do servidor ofertado deve estar certificado para o sistema operacional RHEL 9 ou posterior, comprovado através do HCL (Hardware Compatibility List) da Red Hat;

4. Especificações técnicas ITEM 4 – CHASSIS – Site SP: os itens abaixo descrevem as características mínimas exigidas para esta contratação.

4.1. Deverão ser fornecidos enclosures (chassis) para atender a quantidade total de servidores blades, com a seguinte descrição técnica:

4.1.1. Possuir display ou Led que permitam monitorar os principais componentes do Enclosure (Blades, Módulos de I/O, Ventilação e Fontes), com módulos de gerência redundantes;

4.1.2. Possuir midplane totalmente passivo ou sem midplane, fontes e módulo de IO redundantes com capacidade de prover conexões redundantes de forma que não haja pontos únicos de falha;

4.1.3. Possuir conjunto de fontes de alimentação hot-plug e redundantes (N+N), onde N é a quantidade mínima de fontes necessária para suprir a solução em sua configuração máxima suportada;

4.2. Conectividade Ethernet

4.2.1. Possuir interfaces internas 10, 25 e 100 Gigabit Ethernet em quantidade suficiente para suprir a capacidade máxima de Blades suportada pelo Enclosure e portas externas que atendam ao requisito de oversubscription de no mínimo 4:1, distribuídos em equipamentos redundantes sem ponto único de falha; Com entrega do cabo breakout de 10 metros com uma terminação MPO e 04 (quatro) terminações LC ; e transceiver de 10/25 e 100G Base-SR (para configuração completa),

4.2.2. Possuir interfaces externas SFP28 para 10 e 25 gbps para atender ao item 4.2.1. Caso o transceptor não seja compatível com 25 e 10 gbps deverão ser fornecidos ambos os transceptrs.

4.2.3. Suportar o protocolo de gerenciamento SNMP v3;

4.2.4. Cada porta externa SFP28 deve acompanhar seu respectivo transceptor SFP+ MMF com porta LC, compatível com 25GBASE-SR

4.2.5. Ao menos 2 (duas) portas externas deve acompanhar seu respectivo transceptor QSFP MMF com porta MPO, compatível com 100GBase-SR, e cabo de fibra ótica multi-modo (MMF) breakout com uma terminação MPO e 04 (quatro) terminações LC e comprimento mínimo de 10 metros”

4.2.6. Deverão ser fornecidos 2 (dois) transceptrs QSFP 100 GbE além das portas solicitadas no item “a”

4.2.7. O cálculo de oversubscription deve atender a configuração com interfaces externas SFP28, considerando que trabalharão a 10gbps;

4.2.8. Cada transceptor SFP28 deve acompanhar cabo FC multi-modo (MMF), OM3 de 50/125nm ou superior, conectores LC/LC e comprimento de no mínimo 10 metros.

4.2.8. Cada transceptor SFP28 deve acompanhar cabo FC multi-modo (MMF), OM3 de 50/125nm ou superior, conectores LC/LC e comprimento de no mínimo 25 metros.

4.3. Conectividade SAN

4.3.1. Possuir interfaces internas FC de 32/16 Gbps em quantidade suficiente para suprir a capacidade máxima de Blades suportada pelo Enclosure e portas externas que atendam ao requisito de oversubscription de 4:1, distribuídos em equipamentos redundantes sem ponto único de falha;

4.3.2. Arquitetura não bloqueante;

4.3.3. Possuir interfaces internas FC de 32/16 Gbps em quantidade suficiente para suprir a capacidade máxima de Blades suportada pelo Enclosure, utilizando lâminas de 2 sockets de processador;

4.3.4. As portas externas necessárias para atender o item 4.3.1 devem possuir seus respectivos transceptores LC SWL;

4.3.5. Todas as portas FC devem estar devidamente habilitadas/licenciadas;

4.3.6. Compatível com o modo nativo (full-fabric) suportando as portas F_Port, E_Port ou NPIV;

4.3.7. Deve ser com como modo de interoperabilidade NPV. (incluído)

2.3.7. Compatível com o modo de interoperabilidade (NPIV) suportando as portas F_Port e N_Port;

4.3.8. Suportar a configuração de ISL Trunking ou Port Channel em todas as portas externas, possibilitando extrair o máximo de throughput dessas portas;

4.3.9. Cada porta externa deve acompanhar seu respectivo transceptor SFP+ MMF com porta LC, compatível com FC de no mínimo 32;

4.3.10. Cada transceptor deve acompanhar cabo FC multi-modo (MMF), OM3 de 50/125nm, conectores LC/LC e comprimento de no mínimo 10 metros.

4.4. Suportar os protocolos de criptografia SSL para acesso Web e SSH para acesso CLI

4.4.1. O software console deve realizar descoberta e inventário remoto dos servidores e seus componentes;

4.4.2. Permitir o monitoramento remoto, através do software console, das condições de funcionamento da solução Blade e seus principais componentes, tais como: processadores, memória RAM, controladoras RAID, drives, fontes de alimentação, NICs, switches, ventiladores e interface de gerenciamento out-of-band;

4.4.3. Emitir alertas de anormalidade no funcionamento do hardware e de firmware e/ou drivers desatualizados, permitindo visualizá-los através do software console e via e-mail;

4.4.4. Permitir o monitoramento remoto (1:1 e 1:N) em tempo real do consumo de energia elétrico da solução através de software console com exibição gráfica, permitindo gerenciar parâmetros de consumo;

4.4.5. Permitir a configuração remota de parâmetros da BIOS e RAID através de console remota, distribuída de forma individual ou agrupada;

4.4.6. Permitir ligar, desligar e reiniciar os servidores remotamente e independente de sistema operacional;

4.4.7. Permitir o controle remoto do tipo virtual KVM de forma out-of-band, ou seja, independente de sistema operacional ou software agente;

4.4.8. Permitir a emulação de mídias virtuais de inicialização (boot) através de CD/DVD remoto, compartilhamentos de rede NFS/CIFS e dispositivos de armazenamento USB remotos;

4.4.9. Suportar autenticação local e através de integração com MS Active Directory/LDAP;

4.4.10. Permitir a captura de vídeo ou tela de situações de falhas críticas de sistemas operacionais e inicialização do sistema (boot), possibilitando uma depuração mais aprimorada;

4.4.11. As funcionalidades de gerenciamento e monitoramento de hardware devem ser providas por recursos do próprio equipamento e independente de agentes ou sistemas operacionais, através da console de gerência e via interface out-of-band;

4.4.12. A solução de gerenciamento deve estar devidamente licenciada conforme as condições de garantia e suporte do equipamento;

4.4.13. A solução deve fornecer módulo de integração com o software de gerência SCOM 2019 R2 (System Center Operation Manager 2019) e superior, através do SCOM deverá ser possível visualizar estados e eventos de hardware relacionados anteriormente.

4.5. Acessórios

4.5.1. Deverá possuir dispositivo KVM, interno ou externo ao Enclosure, que possibilite a conexão direta de uma Console KVM (teclado, mouse e monitor) de forma que cada servidor Blade seja acessado através dessa console KVM, sem que haja remanejo de cabos ou conectores.

4.5.2. Os espaços para servidores Blade não utilizados nos chassis deverão ser vedados para melhor utilização da ventilação/refrigeração;

4.5.3. Acompanhar kit de trilhos para instalação do Enclosure em rack padrão EIA-310;

4.5.4. Deve acompanhar no mínimo 2 (duas) PDUs compatíveis e com capacidade de suprir a solução Blade em sua configuração máxima suportada. O conjunto de PDUs deve permitir a implementação e circuitos redundantes;

5 Certificações para todos os itens

5.1 Conforme INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 01, DE 19 DE JANEIRO DE 2010 – que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, a solução ofertada deverá obedecer ao disposto no Art. 5º, incisos:

III – que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; e

IV – Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenilpolibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

§ 1º A comprovação do disposto neste artigo poderá ser feita mediante apresentação de certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio de prova que ateste que o bem fornecido cumpre com as exigências do edital.

5.2 A entrega das certificações exigidas no parágrafo acima, deverá seguir as condições definidas por este processo.

5.3 Os itens deverão possuir certificado para segurança do usuário contra incidentes elétricos e combustão de materiais elétricos; ou relatório de avaliação de conformidade emitido por um órgão credenciado pelo INMETRO ou certificado internacional; ou apresentar certificação voluntária nos termos da IN304/2023 do INMETRO. Conformidade com a diretiva Rohs; certificado quanto a imunidade eletromagnética (norma CISPR24 / EN55024) comprovado através de certificado ou relatório de avaliação de conformidade emitido por um órgão credenciado pelo INMETRO ou certificado internacional; ou apresentar certificação voluntária nos termos da IN304/2023 do INMETRO.

5.4 Todas as certificações acima deverão ser comprovadas através de documento juntado a proposta comercial.

- 5.5 Os produtos devem ser novos, sem uso anterior e estar na linha de produção no momento da assinatura do contrato, com a garantia de fornecimento de equipamentos equivalentes ou superiores, caso o modelo fornecido venha a ser descontinuado.
- 5.6 Todos os equipamentos a serem entregues serão idênticos, ou seja, todos os componentes externos e internos de mesmos modelos e marcas dos utilizados nos equipamentos enviados para avaliação e/ou homologação. Caso o componente não mais se encontre disponível no mercado, admitem-se substitutos com qualidade e características idênticas ou superiores, mediante nova homologação;

ANEXO I-B- TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DO SIGILO**INTRODUÇÃO**

O Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo registra o comprometimento formal da Contratada em cumprir as condições estabelecidas no documento relativas ao acesso e utilização de informações sigilosas da Contratante em decorrência de relação contratual, vigente ou não.

Referência: Art. 18, Inciso V, alínea “a” da IN SGD/ME Nº 94/2022.

Pelo presente instrumento o <NOME DO ÓRGÃO>, sediado em <ENDEREÇO>, CNPJ nº <CNPJ>, doravante denominado **CONTRATANTE**, e, de outro lado, a <NOME DA EMPRESA>, sediada em <ENDEREÇO>, CNPJ nº <Nº do CNPJ>, doravante denominada **CONTRATADA**;

CONSIDERANDO que, em razão do **CONTRATO N.º <nº do contrato>** doravante denominado **CONTRATO PRINCIPAL**, a **CONTRATADA** poderá ter acesso a informações sigilosas do **CONTRATANTE**; CONSIDERANDO a necessidade de ajustar as condições de revelação destas informações sigilosas, bem como definir as regras para o seu uso e proteção; CONSIDERANDO o disposto na Política de Segurança da Informação e Privacidade da **CONTRATANTE**;

Resolvem celebrar o presente **TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO**, doravante **TERMO**, vinculado ao **CONTRATO PRINCIPAL**, mediante as seguintes cláusulas e condições abaixo discriminadas.

1 – OBJETO

Constitui objeto deste TERMO o estabelecimento de condições específicas para regulamentar as obrigações a serem observadas pela CONTRATADA, no que diz respeito ao trato de informações sigilosas disponibilizadas pela CONTRATANTE e a observância às normas de segurança da informação e privacidade por força dos procedimentos necessários para a execução do objeto do CONTRATO PRINCIPAL celebrado entre as partes e em acordo com o que dispõem a Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011, Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, e os Decretos 7.724, de 16 de maio de 2012, e 7.845, de 14 de novembro de 2012, que regulamentam os procedimentos para acesso e tratamento de informação classificada em qualquer grau de sigilo.

2 – CONCEITOS E DEFINIÇÕES

Para os efeitos deste TERMO, são estabelecidos os seguintes conceitos e definições:

INFORMAÇÃO: dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato.

INFORMAÇÃO SIGILOSA: aquela submetida temporariamente à restrição de acesso público em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado, e aquela abrangida pelas demais hipóteses legais de sigilo.

CONTRATO PRINCIPAL: contrato celebrado entre as partes, ao qual este TERMO se vincula.

3 – DA INFORMAÇÃO SIGILOSA

Serão consideradas como informação sigilosa, toda e qualquer informação classificada ou não nos graus de sigilo ultrassecreto, secreto e reservado. O TERMO abrangerá toda informação escrita, verbal, ou em linguagem computacional em qualquer nível, ou de qualquer outro modo apresentada, tangível ou intangível, podendo incluir, mas não se limitando a: *know-how*, técnicas, especificações, relatórios, compilações, código fonte de programas de computador na íntegra ou em partes, fórmulas, desenhos, cópias, modelos, amostras de ideias, aspectos financeiros e econômicos, definições, informações sobre as atividades da CONTRATANTE e/ou quaisquer informações técnicas/comerciais relacionadas/resultantes ou não ao CONTRATO PRINCIPAL, doravante denominados INFORMAÇÕES, a que diretamente ou pelos seus empregados, a CONTRATADA venha a ter acesso, conhecimento ou que venha a lhe ser confiada durante e em razão das atuações de execução do CONTRATO PRINCIPAL celebrado entre as partes.

4 – DOS LIMITES DO SIGILO

As obrigações constantes deste TERMO não serão aplicadas às INFORMAÇÕES que:

- I – Sejam comprovadamente de domínio público no momento da revelação, exceto se tal fato decorrer de ato ou omissão da CONTRATADA;
- II – Tenham sido comprovadas e legitimamente recebidas de terceiros, estranhos ao presente TERMO;
- III – Sejam reveladas em razão de requisição judicial ou outra determinação válida do Governo, somente até a extensão de tais ordens, desde que as partes cumpram qualquer medida de proteção pertinente e tenham sido notificadas sobre a existência de tal ordem, previamente e por escrito, dando a esta, na medida do possível, tempo hábil para pleitear medidas de proteção que julgar cabíveis.

5 – DIREITOS E OBRIGAÇÕES

As partes se comprometem a não revelar, copiar, transmitir, reproduzir, utilizar, transportar ou dar conhecimento, em hipótese alguma, a terceiros, bem como a não permitir que qualquer empregado envolvido direta ou indiretamente na execução do CONTRATO PRINCIPAL, em qualquer nível hierárquico de sua estrutura organizacional e sob quaisquer alegações, faça uso dessas INFORMAÇÕES, que se restringem estritamente ao cumprimento do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Primeiro – A CONTRATADA se compromete a não efetuar qualquer tipo de cópia da informação sigilosa sem o consentimento prévio e expresso da CONTRATANTE.

Parágrafo Segundo – A CONTRATADA compromete-se a dar ciência e obter o aceite formal da direção e empregados que atuarão direta ou indiretamente na execução do CONTRATO PRINCIPAL sobre a existência deste TERMO bem como da natureza sigilosa das informações.

I – A CONTRATADA deverá firmar acordos por escrito com seus empregados visando garantir o cumprimento de todas as disposições do presente TERMO e dará ciência à CONTRATANTE dos documentos comprobatórios.

Parágrafo Terceiro – A CONTRATADA obriga-se a tomar todas as medidas necessárias à proteção da informação sigilosa da CONTRATANTE, bem como evitar e prevenir a revelação a terceiros, exceto se devidamente autorizado por escrito pela CONTRATANTE.

Parágrafo Quarto – Cada parte permanecerá como fiel depositária das informações reveladas à outra parte em função deste TERMO.

I – Quando requeridas, as INFORMAÇÕES deverão retornar imediatamente ao proprietário, bem como todas e quaisquer cópias eventualmente existentes.

Parágrafo Quinto – A CONTRATADA obriga-se por si, sua controladora, suas controladas, coligadas, representantes, procuradores, sócios, acionistas e cotistas, por terceiros eventualmente consultados, seus empregados, contratados e subcontratados, assim como por quaisquer outras pessoas vinculadas à CONTRATADA, direta ou indiretamente, a manter sigilo, bem como a limitar a utilização das informações disponibilizadas em face da execução do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Sexto – A CONTRATADA, na forma disposta no parágrafo primeiro, acima, também se obriga a:

- I – Não discutir perante terceiros, usar, divulgar, revelar, ceder a qualquer título ou dispor das INFORMAÇÕES, no território brasileiro ou no exterior, para nenhuma pessoa, física ou jurídica, e para nenhuma outra finalidade que não seja exclusivamente relacionada ao objetivo aqui referido, cumprindo-lhe adotar cautelas e precauções adequadas no sentido de impedir o uso indevido por qualquer pessoa que, por qualquer razão, tenha acesso a elas;
- II – Responsabilizar-se por impedir, por qualquer meio em direito admitido, arcando com todos os custos do impedimento, mesmos judiciais, inclusive as despesas processuais e outras despesas derivadas, a divulgação ou utilização das INFORMAÇÕES por seus agentes, representantes ou por terceiros;
- III – Comunicar à CONTRATANTE, de imediato, de forma expressa e antes de qualquer divulgação, caso tenha que revelar qualquer uma das INFORMAÇÕES, por determinação judicial ou ordem de atendimento obrigatório determinado por órgão competente; e
- IV – Identificar as pessoas que, em nome da CONTRATADA, terão acesso às informações sigilosas.

6 – VIGÊNCIA

O presente TERMO tem natureza irrevogável e irretratável, permanecendo em vigor desde a data de sua assinatura até expirar o prazo de classificação da informação a que a CONTRATADA teve acesso em razão do CONTRATO PRINCIPAL.

7 – PENALIDADES

A quebra do sigilo e/ou da confidencialidade das INFORMAÇÕES, devidamente comprovada, possibilitará a imediata aplicação de penalidades previstas conforme disposições contratuais e legislações em vigor que tratam desse assunto, podendo até culminar na rescisão do CONTRATO PRINCIPAL firmado entre as PARTES. Neste caso, a CONTRATADA, estará sujeita, por ação ou omissão, ao pagamento ou recomposição de todas as perdas e danos sofridos pela CONTRATANTE, inclusive as de ordem moral, bem como as de responsabilidades civil e criminal, as quais serão apuradas em regular processo administrativo ou judicial, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis, conforme Art. 87 da Lei nº. 8.666/93.

8 – DISPOSIÇÕES GERAIS

Este TERMO de Confidencialidade é parte integrante e inseparável do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Primeiro – Surgindo divergências quanto à interpretação do disposto neste instrumento, ou quanto à execução das obrigações dele decorrentes, ou constatando-se casos omissos, as partes buscarão solucionar as divergências de acordo com os princípios de boa-fé, da equidade, da razoabilidade, da economicidade e da moralidade.

Parágrafo Segundo – O disposto no presente TERMO prevalecerá sempre em caso de dúvida e, salvo expressa determinação em contrário, sobre eventuais disposições constantes de outros instrumentos conexos firmados entre as partes quanto ao sigilo de informações, tal como aqui definidas.

Parágrafo Terceiro – Ao assinar o presente instrumento, a CONTRATADA manifesta sua concordância no sentido de que:

- I – A CONTRATANTE terá o direito de, a qualquer tempo e sob qualquer motivo, auditar e monitorar as atividades da CONTRATADA;
- II – A CONTRATADA deverá disponibilizar, sempre que solicitadas formalmente pela CONTRATANTE, todas as informações requeridas pertinentes ao CONTRATO PRINCIPAL.
- III – A omissão ou tolerância das partes, em exigir o estrito cumprimento das condições estabelecidas neste instrumento, não constituirá novação ou renúncia, nem afetará os direitos, que poderão ser exercidos a qualquer tempo;
- IV – Todas as condições, termos e obrigações ora constituídos serão regidos pela legislação e regulamentação brasileiras pertinentes;
- V – O presente TERMO somente poderá ser alterado mediante TERMO aditivo firmado pelas partes;
- VI – Alterações do número, natureza e quantidade das informações disponibilizadas para a CONTRATADA não descaracterizarão ou reduzirão o compromisso e as obrigações pactuadas neste TERMO, que permanecerá válido e com todos seus efeitos legais em qualquer uma das situações tipificadas neste instrumento;
- VII – O acréscimo, complementação, substituição ou esclarecimento de qualquer uma das informações, conforme definição do item 3 deste documento, disponibilizadas para a CONTRATADA, serão incorporados a este TERMO, passando a fazer dele parte integrante, para todos os fins e efeitos, recebendo também a mesma proteção descrita para as informações iniciais disponibilizadas, sendo necessário a formalização de TERMO aditivo ao CONTRATO PRINCIPAL;
- VIII – Este TERMO não deve ser interpretado como criação ou envolvimento das Partes, ou suas filiadas, nem em obrigação de divulgar INFORMAÇÕES para a outra Parte, nem como obrigação de celebrarem qualquer outro acordo entre si.

UASG 114601

<Nome>

<Qualificação>

<Nome>

Termo de Referência 183/2025

Matrícula: xxxxxxxx

TESTEMUNHAS

<Nome>

<Qualificação>

<Nome>

<Qualificação>

9 – FORO

A CONTRATANTE elege o foro da <CIDADE DA CONTRATANTE>, onde está localizada a sede da CONTRATANTE, para dirimir quaisquer dúvidas originadas do presente TERMO, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

10 – ASSINATURAS

E, por assim estarem justas e estabelecidas as condições, o presente TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO é assinado pelas partes em 2 vias de igual teor e um só efeito.

CONTRATADA**CONTRATANTE**

ANEXO I-C - TERMO DE CIÊNCIA**INTRODUÇÃO**

O Termo de Ciência visa obter o comprometimento formal dos empregados da Contratada diretamente envolvidos na contratação quanto ao conhecimento da declaração de manutenção de sigilo e das normas de segurança vigentes no órgão/entidade.

No caso de substituição ou inclusão de empregados da contratada, o preposto deverá entregar ao Fiscal Administrativo do Contrato os Termos de Ciência assinados pelos novos empregados envolvidos na execução dos serviços contratados.

Referência: Art. 18, Inciso V, alínea “b” da IN SGD/ME Nº 94/2022.

INTRODUÇÃO

O Termo de Ciência visa obter o comprometimento formal dos empregados da contratada diretamente envolvidos na contratação quanto ao conhecimento da declaração de manutenção de sigilo e das normas de segurança vigentes no Órgão/Entidade.

No caso de substituição ou inclusão de empregados da contratada, o preposto deverá entregar ao Fiscal Administrativo do Contrato os Termos de Ciência assinados pelos novos empregados envolvidos na execução dos serviços contratados.

1 – IDENTIFICAÇÃO

CONTRATO Nº			
OBJETO	<objeto do contrato>		
CONTRATADA	<nome da contratada>	CNPJ	XXXXXXXXXXXX
PREPOSTO	<Nome do Preposto da Contratada>		
GESTOR DO CONTRATO	<Nome do Gestor do Contrato>	MATR.	XXXXXXXXXXXX

2 – CIÊNCIA

Por este instrumento, os funcionários abaixo identificados declaram ter ciência e conhecer o inteiro teor do Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo e as normas de segurança vigentes da Contratante.

Funcionários da Contratada		
Nome	Matrícula	Assinatura
<Nome do(a) Funcionário(a)>	<xxxxxxxxxx>	
<Nome do(a) Funcionário(a)>	<xxxxxxxxxx>	



Documento assinado eletronicamente por FLAVIA MARINHO DE LIMA, Coordenador, em 3 de Junho de 2026, às 14:32:55, horário de Brasília, com fundamento legal no § 3º do Art. 4º do Decreto Nº 10.543, de 13 de Novembro de 2020.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://transparenciasda.ibge.gov.br/docs/validador.jsf> informando o código verificador 4534580322974808412 e o código CRC 1DA5F4B.



Documento assinado eletronicamente por GABRIELA LISBOA MARTINS, Gerente Nível II, em 8 de Junho de 2026, às 18:50:21, horário de Brasília, com fundamento legal no § 3º do Art. 4º do Decreto Nº 10.543, de 13 de Novembro de 2020.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://transparenciasda.ibge.gov.br/docs/validador.jsf> informando o código verificador 2974534816129856930 e o código CRC 9C39CF19.



Documento assinado eletronicamente por JANSEN SILVA CARDOSO, Gerente Nível II, em 9 de Junho de 2026, às 14:46:11, horário de Brasília, com fundamento legal no § 3º do Art. 4º do Decreto Nº 10.543, de 13 de Novembro de 2020.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://transparenciasda.ibge.gov.br/docs/validador.jsf> informando o código verificador 3341595225695472981 e o código CRC 43B51251.



Documento assinado eletronicamente por ANTONIO AGRA LOPES NETO, Gerente Nível II, em 9 de Junho de 2026, às 14:49:57, horário de Brasília, com fundamento legal no § 3º do Art. 4º do Decreto Nº 10.543, de 13 de Novembro de 2020.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://transparenciasda.ibge.gov.br/docs/validador.jsf> informando o código verificador 7296070897917839529 e o código CRC A3069EC8.



Documento assinado eletronicamente por MARCOS VINICIUS FERREIRA MAZONI, Diretor, em 9 de Junho de 2026, às 15:36:25, horário de Brasília, com fundamento legal no § 3º do Art. 4º do Decreto Nº 10.543, de 13 de Novembro de 2020.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://transparenciasda.ibge.gov.br/docs/validador.jsf> informando o código verificador 3534368985280889873 e o código CRC 3A7224BD.

IBGE-FUN.INST.BRAS.GEOGRAFIA E ESTATISTICA

Estudo Técnico Preliminar 39/2025**1. Informações Básicas**

Número do processo: 03603.000012/2025-08

2. Descrição da necessidade

1. Esta contratação tem por objetivo suprir a necessidade de processamento das informações geradas pelas aplicações censitárias que serão executadas nos postos de trabalho e em campo no Censo Agropecuário do IBGE.
2. **Com o objetivo de automatizar e melhorar os processos executados nos postos de coleta de dados e nos datacenters institucionais, o IBGE está incorporando os vários aperfeiçoamentos metodológicos e tecnológicos das pesquisas e dos estudos, novos sistemas informatizados e aplicativos que foram desenvolvidos ou estão em processo de atualização para apoio às atividades de campo e dependem de equipamentos modernos com capacidade computacional de atender às inovações propostas.**
3. O Censo Agropecuário é a principal e mais completa investigação estatística sobre a estrutura e a produção agropecuária do País, representando importante atribuição do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE no cumprimento de sua missão de “retratar o Brasil com informações necessárias ao conhecimento de sua realidade e ao exercício da cidadania”. Sua concepção leva em conta as recomendações da Estratégia Global para o Aprimoramento das Estatísticas Agropecuárias e do Programa Mundial de Censos Agropecuários da FAO (Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura). Sua realização tem amparo legal no que determinam o Artigo 2º (Itens I e II) da Lei Nº 5.878, de 11 de maio de 1973 (Brasil, 1973) 1º, o Decreto Nº 74.084, de 20 de maio de 1974 (BRASIL, 1974) 2º, e a Lei Nº 8.184, de 10 de maio de 1993, e insere-se no Plano Plurianual (PPA) do IBGE 2020-2023, na ação 20U7 (IBGE, 2022).
4. O Censo Agropecuário visa obter informações sobre a estrutura e a dinâmica da atividade agropecuária brasileira. Seus resultados são referidos ao nível dos municípios e das localidades, de modo a permitir agregações e análises de diferentes recortes territoriais, como: unidades de conservação ambiental, terras indígenas, bacias hidrográficas, biomas consagrados (cerrado, caatinga, Amazônia etc.), assentamentos fundiários etc. As informações geradas possibilitam a avaliação de políticas públicas como, por exemplo, o Programa Nacional de Agricultura Familiar. Elas permitem, ainda, estudos a respeito da expansão das fronteiras agrícolas, da dinamização produtiva ditada pelas inovações tecnológicas, e enriquecem a produção de indicadores ambientais.
5. Os resultados do Censo Agropecuário propiciam, também, estudos sobre transformações decorrentes do processo de reestruturação e de ajustes na economia, permitindo análises de seus reflexos sobre o setor. Ao longo do período, o escopo da pesquisa agropecuária alterou-se, buscando acompanhar as modificações verificadas no cenário rural, referidas às inter-relações entre sistemas produtivos, ocupação territorial, expansão agrícola, mão de obra, mecanização, política fundiária, produtividade, economia, e as demais conexões integrantes do quadro da produção brasileira de alimentos.
6. Além da ampliação do escopo dos levantamentos, importantes mudanças metodológicas e tecnológicas introduziram aperfeiçoamentos na forma de coletar as informações, agregando melhorias na qualidade dos dados e agilidade na divulgação de seus resultados. Prosseguindo nessa trajetória, apresenta-se o Projeto Básico do 12º Censo Agropecuário brasileiro – o Censo Agropecuário, Florestal e Aquícola 2025 (Censo Agro 2025). Similar ao que ocorreu no Censo Agro 2017, incorpora as mais modernas técnicas de atualização cartográfica, com uso de imagens orbitais e aplicações com tecnologia de geoposicionamento e navegação.
7. Em adição, o uso de recursos tecnológicos em condições adequadas para os postos de coleta propicia maior fluidez da execução de atividades técnicas e administrativas, como admissão de recenseadores, controles administrativos das atividades de campo, permitindo melhorias substanciais na qualidade da atividade executada. Desta forma, busca garantir o alcance dos objetivos propostos e a plena satisfação das expectativas dos usuários por informações atualizadas desse importante setor da economia brasileira.
8. A responsabilidade técnica do 12º censo agropecuário pelo IBGE está a cargo da Coordenação de Estatísticas Agropecuárias (COAGRO), da Diretoria de Pesquisas. A Gerência Técnica do Censo Agropecuário (GTA), subordinada ao coordenador da COAGRO, é a área responsável. A responsabilidade pelo planejamento e execução é dividida entre diretorias do IBGE e as Superintendências Estaduais (SES). Esta estrutura foi definida pela RESOLUÇÃO CD-IBGE/IBGE Nº 10, DE 28 DE ABRIL DE 2023, que definiu as competências das unidades organizacionais da Diretoria de Pesquisas (DPE) em conformidade com distribuição dos Cargos e Funções Comissionados Executivos estabelecida no Estatuto do IBGE. Os artigos 12 e 13 (item IV) desta Resolução definem as competências da COAGRO e da GTA: “Art. 12. Atribuir competência à COORDENAÇÃO DE ESTATÍSTICAS AGROPECUÁRIAS (DPE/COAGRO) diretamente subordinada à DIRETORIA DE PESQUISAS: a) coordenar, planejar e executar estudos, análises e pesquisas estatísticas, censitárias, conjunturais e estruturais, necessárias à caracterização

- e acompanhamento dos principais aspectos da agropecuária do País; e b) participar em comissões, comitês ou grupos de trabalho relacionados ao seu âmbito de atuação.
9. A Diretoria de Tecnologia da Informação do IBGE entende que sua missão maior é disponibilizar, da melhor forma possível, as tecnologias de informação e comunicação existentes para que as áreas setoriais possam conseguir melhores resultados para o IBGE e, consequentemente, para a sociedade. De acordo com o Plano Diretor de Tecnologias de Informação e Comunicação (PDTI) e com o Planejamento Estratégico de TI do IBGE, foram elencados alguns fatores críticos de sucesso para que o IBGE cumpra com sua missão institucional e alcance suas diretrizes e objetivos estratégicos. Entre estes fatores apresentam-se a Excelência em Tecnologia da Informação e Comunicação e a Gestão do Conhecimento, onde entende-se que, “devido à velocidade da mudança do ambiente em que atua, o IBGE deverá desenvolver sólidas competências no armazenamento, organização e transferência do conhecimento técnico, metodológico e gerencial acumulado, de modo a preservar a inteligência e a memória institucional, caminho para se fortalecer a imagem, identidade e reputação da organização”.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
DTI/COTEC/GATI/GEAPL	Gabriela Lisboa Martins
IBGE/DTI/COTEC	José Luiz Thomaselli Nogueira

4. Necessidades de Negócio

1. A periodicidade legal do Censo Agropecuário é quinquenal (BRASIL, 1991). Como o censo anterior foi referente a 2017, o próximo deveria ser referente a 2022 e executado em 2023. A pandemia da Covid-19 impactou negativamente o planejamento de operações que dependiam do trabalho presencial, e o cronograma teve de ser revisto. A realização do Censo Demográfico 2022 é outro fator considerado no adiamento do 12º Censo Agropecuário, que utiliza a atualização do cadastro de estabelecimentos agropecuários (CNEFE), para a atualização da lista prévia do Censo Agropecuário. Este projeto foi idealizado considerando as restrições de tempo para a realização em 2023, sendo prevista a realização do 12º Censo Agropecuário em 2026, tendo o ano civil de 2025 como período de referência, e o dia 31/12/2025 como data de referência.
2. Este cronograma é oportuno para o desenvolvimento e implementação de estatísticas por amostragem probabilística, propostas pelo SIPAgro. A adoção de pesquisas intercensitárias no modelo estatístico agropecuário do IBGE permitiria atender tempestivamente a diversas demandas estatísticas que têm sido direcionadas ao censo, que em geral não é a operação estatística adequada para o seu atendimento. A implantação do SIPAGRO deve ser planejada para ocorrer após o censo agropecuário, utilizando o cadastro atualizado de estabelecimentos agropecuários para a geração do cadastro mestre de amostragem.
3. **O equipamento solicitado tem como objetivo prover um ambiente de alta performance de processamento (entrada e saída) de dados primários, provenientes de todos os trabalhos desenvolvidos na instituição. Com o advento do Censo Agropecuário 2026, haverá um aumento significativo na quantidade ambientes e servidores físicos ou virtuais que sustentam o trânsito e o processamento dados entre as tecnologias e os dispositivos de armazenamento. Contudo, a massiva maioria dos servidores do IBGE possuem mais de 5 (cinco) anos de uso e com performance aquém da necessária para uma operação desse porte.**
4. A realização de um Censo envolve todos os órgãos setoriais do IBGE e exige, portanto, ações de preparação da infraestrutura, de forma a assegurar a adequada implementação das diversas ações de preparo e execução do recenseamento.
5. Além disso, atualmente o IBGE está sem suporte para 80 (oitenta) servidores de lâmina (blades) desde dezembro de 2024. Esses equipamentos estão em obsolescência e não possuem as características técnicas necessárias para suportar uma operação como o Censo Agropecuário. Com isso, espera-se que aquisição destes servidores além de atender as demandas desta operação censitária venham substituir esses modelos antigos.
6. **Definição da estratégia de infraestrutura computacional: O provimento da infraestrutura necessária para o IBGE, a ser atendida pela presente demanda, levou em consideração a criticidade das atividades finalísticas do Órgão, especificamente o Censo Agropecuário na fase de coleta de dados em campo, conforme apresentado neste processo.**

5. Necessidades Tecnológicas

1. A especificação foi construída de acordo com as necessidades técnicas para carga de processamento gerada pelo Censo Agropecuário, com seu devido requisito de tempo de resposta para que as aplicações a serem executadas nos postos de coleta e nos DMC em campo, sejam satisfatórias e não gerem impacto negativo na operação. Além disso, foram adotadas as melhores práticas de mercado para garantir que os equipamentos atendam todos os requisitos da operação censitária.
2. A arquitetura tecnológica está descrita no item de especificação técnica desse documento.
3. Necessidades a serem atendidas:
 - Substituição dos equipamentos obsoletos;
 - Atualização tecnológica;
 - Garantia de funcionamento durante as operações do Censo e o tratamento dos dados;
 - Atendimento às metas Institucionais;
 - Prover a sustentação da infraestrutura dos Datacenters do IBGE;
 - Manter a gestão institucional de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), visando à melhoria no atendimento às necessidades e ao pleno funcionamento dos sistemas e serviços;
 - Implantar as diretrizes de TIC institucional, de forma a garantir a integridade, a segurança das informações e o atendimento à legislação pertinente;
 - Gerenciar os processos, serviços de informática e a utilização da infraestrutura de TIC para garantir a integridade, prazos e desempenho na produção de informações administrativas, estatísticas e geocientíficas;
 - Redução dos riscos relacionados à imagem institucional e descumprimento de normas e regulamentos.

6. Demais requisitos necessários e suficientes à escolha da solução de TIC

1. A Contratada deverá entregar ao IBGE o material retirado (peças substituídas e/ou com defeito) durante o processo de execução do serviço de garantia, haja vista a necessidade de segurança dos dados sob a guarda do IBGE, por força de Lei;
2. Esta devolução deverá ser efetuada na Unidade onde o equipamento foi recolhido para manutenção, sob os cuidados do responsável pela Unidade;
3. Devem ser disponibilizados espaço, mobiliário, equipamentos e outros itens necessários aos trabalhos dos técnicos alocados ao serviço.
4. Disponibilidade de rede elétrica e lógica para ligação dos equipamentos.
5. Deve ser disponibilizado o devido acesso à rede IBGE, obedecendo aos requisitos dispostos na POSIC da Instituição.
6. Para todo o produto (hardware e software) disponibilizado, deverá ser fornecido um Serviço Especializado de Instalação e Customização para a realização de serviços especializados. Entende-se por serviço especializado de instalação e customização de equipamentos, a montagem física dos equipamentos e seus respectivos acessórios pela CONTRATADA, bem como a configuração lógica de todos os equipamentos e softwares envolvidos, de acordo com o cenário requerido pelo IBGE.
7. O equipamento deverá ser bivolt.
8. A Contratada se responsabilizará por conectar e instalar os equipamentos à rede elétrica do local de instalação, independente da voltagem, tipo de conector/plugue/tomada ou distância do equipamento ao ponto de energia mais próximo. Todo o material necessário para a instalação será fornecido pela Contratada.
9. A CONTRATADA deverá prover Passagem de Conhecimento através de workshop para até 3 (três) técnicos do IBGE em turma única.
10. O presente processo de contratação deve estar aderente à Constituição Federal, à Lei nº 14.133/2021, à Instrução Normativa SGD /ME nº 94, de 2022, Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021, Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD).
11. A Contratada deve tomar conhecimento da Política de Segurança da Informação e Comunicações no IBGE (POSIC) de modo a atuar em concordância com as práticas da Instituição. A POSIC é um documento público que pode ser consultado em www.ibge.gov.br.
12. Não será permitida a retirada de qualquer informação ou documento relativo à base de dados de conhecimento existente no IBGE, sob pena de ser considerada quebra de sigilo, com as consequências previstas neste Termo de Referência, no Edital e no Contrato.
13. Todos os serviços de garantias deverão ser prestados nos locais onde os equipamentos serão instalados;
14. Todas as correções que necessitarem de urgência e/ou alterações ou correções que impactarem no ambiente (necessidade de reiniciar o equipamento), devem considerar que o suporte deva prever atendimento em regime de 24x7;
15. Os serviços de garantia deverão ser executados observando-se as diretrizes de arquitetura tecnológica estabelecidas pela área técnica da Contratante;
16. Todo o suporte da plataforma deverá ser realizado por profissional da equipe técnica da contratada;
17. O prazo de garantia contratual dos serviços será de, no mínimo, 60 (sessenta) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto;

18. A garantia deve cobrir os defeitos decorrentes de projeto, fabricação, construção, montagem, acondicionamento, transporte, erros na instalação física e/ou desgaste prematuro, envolvendo, obrigatoriamente, a substituição dos componentes defeituosos, sem qualquer ônus adicional para o IBGE, salvo quando o defeito for provocado por uso inadequado dos equipamentos;
19. A garantia deverá ser prestada em escala 24x7x365 (24 [vinte e quatro] horas por dia, 7 [sete] dias por semana, 365 [trezentos e sessenta e cinco dias] por ano), e o tempo para solução do problema deverá estar em conformidade com as especificações dos Níveis Mínimos de Serviço (NMS);
20. Os componentes instalados em substituição aos danificados deverão ter características, no mínimo, iguais aos originais do equipamento. Caso sejam utilizados componentes com características superiores, não haverá ônus adicional para o IBGE. Os componentes, instalados em substituição a componentes defeituosos passarão a fazer parte do equipamento, sendo, portanto, de propriedade do IBGE;
21. Caso a CONTRATADA verifique a necessidade de encaminhar equipamento para assistência técnica, deverá providenciar o imediato empréstimo de outro equipamento ao IBGE, em perfeito estado de funcionamento e com características técnicas idênticas ou superiores àquelas do equipamento defeituoso, o qual o substituirá até a conclusão de seus reparos. É responsabilidade da CONTRATADA instalar e configurar o novo equipamento, garantindo o funcionamento da solução dentro das mesmas condições anteriores ao problema. Cabe lembrar que a CONTRATADA é responsável pela garantia do sigilo das informações configuradas no equipamento;
22. Para retirada do equipamento defeituoso das dependências do IBGE, deverá a CONTRATADA relatar, por escrito, a situação ao servidor responsável pelo acompanhamento dos serviços, que, após constatar tal necessidade, autorizará a saída também por escrito;
23. O equipamento colocado em substituição ficará instalado nas dependências do IBGE até a devolução do equipamento consertado, que deverá ocorrer no prazo de até 30 (trinta) dias corridos após a sua retirada para reparos;
24. A CONTRATADA deverá substituir, definitivamente, a solução sempre que a soma dos períodos de paralisação, em virtude da necessidade de manutenções técnicas, ultrapassar 5 (cinco) dias corridos ou quando a solução necessite de abertura de 4 (quatro) ou mais chamados técnicos de manutenção corretiva dentro de um período contínuo de 30 (trinta) dias corridos. Nestes casos o IBGE fará a comunicação formal sobre a substituição definitiva, devendo a mesma ser providenciada em até 15 (quinze) dias corridos, após a notificação;
25. Caso os equipamentos fornecidos sejam descontinuados na linha de fabricação do fabricante, durante a vigência da garantia, a CONTRATADA deverá manter as condições da garantia nesta contratação explicitadas ou providenciar a substituição por outros modelos disponíveis que executem as mesmas funcionalidades exigidas no edital, sem ônus adicionais para o IBGE. Não será permitido à CONTRATADA ofertar dispositivo(s) que possuam aviso de descontinuação por parte do fabricante;
26. As peças e componentes substituídos deverão ser entregues ao IBGE, salvo definição contrária pela equipe de gestão da contratação, juntamente com o equipamento consertado. Toda e qualquer substituição deverá ser acompanhada pelo fiscal técnico do contrato ou por colaborador designado por ele;
27. A CONTRATADA entregará ao final de cada ano de vigência da garantia do equipamento relatório com informações de todos os atendimentos realizados no período, referentes aos serviços de manutenção e suporte técnico.

7. Estimativa da demanda - quantidade de bens e serviços

7.1 Para fins de cálculo da demanda de processamento pelas aplicações do Censo Agropecuário foram relacionadas as aplicações e suas cargas conhecidas em outras operações similares a esta. Nesse sentido listadas as seguintes aplicações:

- 7.1.1 SIGC: acompanhamento da coleta;
- 7.1.2 SIGPCWS: recepção dos questionários;
- 7.1.3 SAPC: contratação das equipes de campo;
- 7.1.4 Datalake: gerador de visões para manipulação dos dados;
- 7.1.5 GED: organização e arquivamento dos documentos;
- 7.1.6 OpenShift e outras arquiteturas

7.2 Na última operação censitária foram consumidos por esse conjunto de servidores:

- 7.2.1 Cores: aproximadamente 480 núcleos
- 7.2.2 Memória: 10 TB de RAM

7.3 Além disso, essa contratação tem por objetivo garantir a continuidade dos convênios institucionais através da contratação de novos servidores para substituir os existentes, uma vez que ainda estão em produção 80 sem contrato de garantia ou suporte em vigor, sendo necessária sua substituição, sob o risco de problemas na coleta de dados para continuidade das operações institucionais, pois nesses equipamentos que a instituição armazena e realiza operações computacionais necessárias para compor, com informações externas, as pesquisas institucionais. Estes servidores a serem substituídos totalizam 2.240 cores e 80 TB de RAM.

7.4 Os novos servidores foram especificados para ter performance de processamento cerca de 3 vezes superior a estes servidores a serem substituídos, logo será necessário a contratação aproximadamente 746 cores para substituir a carga atual de processamento e ao menos 80TB de RAM.

7.5 . Considerando as especificações técnicas deste termo de referência, espera-se a contratação de servidores com 2 (dois) processadores de 16 (dezesseis) núcleos cada, chegando a 1.536 núcleos. Somando-se as demandas do Censo Agropecuário 480 cores e da substituição dos equipamentos 746 cores, temos 1226 cores demandados, considerando margem de crescimento para os próximos 5 (cinco) anos de 20%, foi estimado 1536 núcleos, equivalente aos 48 (quarenta e oito) servidores especificados, com 2 processadores de 16 (dezesseis) núcleos cada.

7.6 . Quanto a memória, serão 10 TB para Censo Agropecuário e 80 TB para substituição dos equipamentos, totalizando 90TB. Os novos servidores irão possuir 2TB de RAM cada, chegando ao total de 96TB de RAM. Apesar de não chegar a margem de 20% esperada

para os próximos anos, entende-se que essa é melhor configuração possível para o cenário apresentado.

7.7 A aquisição de novos servidores visa prover maior capacidade de armazenamento, gravação, recuperação, segurança e disponibilidade das informações para atender as demandas atuais e porvindouras do IBGE.

7.8 Distribuição e local de entrega:

- Rio de Janeiro: CPD Canabarro – Rua General Canabarro, 706, Maracanã, Rio de Janeiro / RJ
- São Paulo: DATACENTER SP - Rua Urussui, 93, Itaim Bibi, São Paulo / SP

8. Levantamento de soluções

8.1 NECESSIDADES SIMILARES EM OUTROS ÓRGÃOS OU ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E AS SOLUÇÕES ADOTADAS:

- PE 90035/2024 – UASG 926310
- PE 90036/2024 – UASG 925464
- PE 90274/2024– UASG 92301
- PE 90010/2024 – UASG 926426
- PE 93009/2024 – UASG 158516
- PE 90048/2024 – UASG 120006

8.2 ALTERNATIVAS DE MERCADO

Solução 1: Migração para servidores existentes: Os serviços poderiam ser migrados para outros servidores do IBGE caso houvesse disponibilidade, desta forma, essa solução é inviável.

Solução 2: Contratar serviço de manutenção dos servidores existentes no IBGE: Uma solução possível seria a contratação de suporte para os equipamentos existentes em produção. A vida útil estimada desses servidores é de 5 (cinco) a 10 (dez) anos, no entanto, a maioria dos equipamentos existentes no IBGE possui tempo de uso superior a 10 (dez) anos. Diante disso, torna-se necessária a aquisição de novos equipamentos, com o intuito de garantir a confiabilidade das operações, a incorporação de tecnologias atualizadas e o desempenho adequado para atender às demandas institucionais. .

Solução 3: Registro de preços ou pregão - O registro de preços é a melhor opção pois permite que o consumo, o desembolso de verba, do IBGE ocorra somente conforme a necessidade. Com o aumento do volume, o consumo dos dispositivos pode ser programado para ocorrer de forma gradual, desta forma, visa possibilitar a aquisição programada para o exercício 2025/2026, possibilitando que os itens necessários ao processo produtivo do IBGE sejam adquiridos no momento de sua necessidade para a aplicação, através de contratações parceladas ou não, ou seja, a contratação visa o consumo individualizado do IBGE.

9. Análise comparativa de soluções

Requisito	Solução	Sim	Não	Não se Aplica
A Solução encontra-se implantada em outro órgão ou entidade da Administração Pública?	Solução 1	x		
	Solução 2	x		
	Solução 3	x		
A Solução está disponível no Portal do Software Público Brasileiro? (quando se tratar de software)	Solução 1			x
	Solução 2			x

	Solução 3			x
A Solução é composta por software livre ou software público? (quando se tratar de software)	Solução 1			x
	Solução 2			x
	Solução 3			x
A Solução é aderente às políticas, premissas e especificações técnicas definidas pelos Padrões de governo ePing, eMag, ePWG?	Solução 1			x
	Solução 2			x
	Solução 3			x
A Solução é aderente às regulamentações da ICP-Brasil? (quando houver necessidade de certificação digital)	Solução 1			x
	Solução 2			x
	Solução 3			x
A Solução é aderente às orientações, premissas e especificações técnicas e funcionais do e-ARQ Brasil? (quando o objetivo da solução abranger documentos arquivísticos)	Solução 1			x
	Solução 2			x
	Solução 3			x

10. Registro de soluções consideradas inviáveis

10.1 A solução 1 apresentada no item 8 deste documento foi considerada inviável.

10.2 Assim, considerando as condições legais, natureza da necessidade e observando as premissas de otimização da infraestrutura, entendemos que a opção mais adequada para IBGE será a solução 2 aqui proposta, a aquisição de servidores de blades e chassi correspondentes com sistema de registro de preços.

11. Análise comparativa de custos (TCO)

11.1 ANÁLISE CRÍTICA PARA DETERMINAR O VALOR DA GARANTIA ESTENDIDA DOS ITENS: Na pesquisa de preços com fornecedores, foram obtidos os valores unitários dos equipamentos. Para fins de cálculo e definição do percentual correspondente ao valor da garantia com relação ao preço do equipamento, foi adotada, por analogia, a porcentagem de 25,14% referente ao Relatório de pesquisa de preços do processo nº 03603.000011/2025-55, de aquisição de Servidores de Rack, que são equipamentos similares ao objeto da contratação. Segue abaixo a tabela com o cálculo da garantia estendida de 60 (sessenta) meses baseado no valor unitário médio:

BLADES RJ/SP			(média)		2025	2026	2027	2028	2029
grupo	item	ESPECIFICAÇÃO	Valor total do item (hardware com 60 meses de garantia)	Valor da garantia por 60 meses (25,14% do valor do hardware)	Ano 1	Ano 2 (reajuste IPCA: ano 1 + 4,45%)	Ano 3 (reajuste IPCA: ano 2 + 4%)	Ano 4 (reajuste IPCA: ano 3 + 3,8%)	Ano 5 (reajuste IPCA: ano 4 + 3,80% pois não foi informado o IPCA para
1	1	Servidores de lâmina (blades) – Site Rio	R\$ 9.147.663,36	R\$ 2.299.722,57	R\$ 459.944,51	R\$ 480.412,04	R\$ 499.628,53	R\$ 518.614,41	R\$ 538.321,76
	2	Chassis para blades – Site Rio	R\$ 2.205.895,62	R\$ 554.562,16	R\$ 110.912,43	R\$ 115.848,03	R\$ 120.481,96	R\$ 125.060,27	R\$ 129.812,56
2	3	Servidores de lâmina (blades) – Site SP	R\$ 4.623.946,32	R\$ 1.162.460,10	R\$ 232.492,02	R\$ 242.837,92	R\$ 252.551,43	R\$ 262.148,39	R\$ 272.110,03
	4	Chassis para blades – Site SP	R\$ 1.102.947,81	R\$ 277.281,08	R\$ 55.456,22	R\$ 57.924,02	R\$ 60.240,98	R\$ 62.530,14	R\$ 64.906,28

Hardware	garantia com aplicação do índice	total
R\$ 6.847.940,79	R\$ 2.496.921,25	R\$ 9.344.862,04
R\$ 1.651.333,46	R\$ 602.115,25	R\$ 2.253.448,72
R\$ 3.461.486,22	R\$ 1.262.139,78	R\$ 4.723.626,00
R\$ 825.666,73	R\$ 301.057,63	R\$ 1.126.724,36
Total:		R\$ 17.448.661,12

12. Descrição da solução de TIC a ser contratada

ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

12.1 Este projeto está previsto no Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI/2025, aprovado pelo Comitê de Tecnologia de Informação – CTIC, no atendimento dos seguintes objetivos estratégicos:

ALINHAMENTO AOS PLANOS ESTRATÉGICOS			
ID	Objetivos Estratégicos		
17	Adotar soluções genéricas de TIC		
18	Garantir o nivelamento tecnológico dos projetos institucionais		
ALINHAMENTO AO PDTIC 2025			
ID	Objetivo do PDTI	ID	Diretriz do PDTI associada
17	Adotar soluções genéricas de TIC	Diretriz 2	Trazer maior agilidade ao desenvolvimento e à padronização dos recursos de TIC, por meio de soluções genéricas e abrangentes que possam ser aproveitadas para mais de um projeto, pesquisa ou processo.
			Assegurar que os projetos institucionais tenham simetria e nivelamento tecnológico quanto aos

18	Garantir o nivelamento tecnológico dos projetos institucionais	Diretriz 3	equipamentos e aos sistemas, padronizando a infraestrutura e os sistemas de TICs em uso.
		Diretriz 4	Expandir a infraestrutura de comunicações para integrar todas as unidades organizacionais, inclusive a rede de agências.

12.2 O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme detalhamento a seguir:

- ID PCA no PNCP: 33787094000140-0-000008/2025
- Data de publicação no PNCP: 14/05/2024
- Id do item no PCA: 213
- Classe/Grupo: Equipamentos de armazenamento de dados
- Identificador da Futura Contratação: 114601-49/2025
- Número do DFD: 117/2024

12.3 Especificações técnicas da solução requisitada:

12.3.1 Especificações técnicas ITEM 1 – LÂMINAS TIPO I (BLADES) – Site Rio: os itens abaixo descrevem as características mínimas exigidas para esta contratação.

12.3.1.1. Chassi

12.3.1.1.1. Gabinete tipo Blade modular;

12.3.1.1.2. A alimentação elétrica e a ventilação devem ser providas pelo Enclosure;

12.3.1.1.3. Possuir, no mínimo, 2 (duas) baias de drives de 2.5 polegadas, hot-plug ou hot-swappable;

12.3.1.2. Processador

12.3.1.2.1. Possuir 02 (dois) processadores, com arquitetura x86 de mesmo modelo e projetados para utilização em servidores;

12.3.1.2.2. Possuir no mínimo 16 (dezesesseis) núcleos cada;

12.3.1.2.3. Possuir no mínimo 3.6 Ghz de frequência sem uso de turbo ou aceleradores;

12.3.1.2.4. Possuir instruções AVX-512 e extensões de virtualização.

12.3.1.2.5. Ser da última geração do fabricante;

12.3.1.3. Memória RAM

12.3.1.3.1. Deverá possuir no mínimo 2TB (dois) Terabytes de RAM instalados.

a. Os módulos deverão ser do tipo DDR5 com as seguintes características técnicas:

12.3.1.3.2. RDIMM (Registered) e LRDIMM (Load Reduced);

12.3.1.3.3. Controladora de memória com suporte a DDR5 de no mínimo 4800MT/s;

12.3.1.3.4. Módulos singles rank (1R), dual rank (2R) e quad rank (4R);

12.3.1.3.5. Possuir 2 (dois) TB de memória RAM, provisionados por módulos DIMM RDIMM ECC ou LRDIMM ECC, dual rank (2R) ou quad rank (4R), com capacidade de no mínimo 64 GB e velocidade de 4800MT/s ou superior;

12.3.1.3.6. Suportar tecnologia SDDC ou Advanced ECC ou Chipkill para detecção e correção de falhas de chip e erros multi-bit;

12.3.1.3.7. Suportar tecnologia de espelhamento do conteúdo da memória subdividindo-a em duas partes idênticas (Memory Mirroring ou equivalente);

12.3.1.4. Motherboard

12.3.1.4.1. A motherboard deve ser da mesma marca do fabricante do microcomputador, desenvolvida especificamente para o modelo ofertado. Não serão aceitas placas de livre comercialização no mercado;

12.3.1.4.2. Possuir no mínimo 16 (dezesesseis) slots DIMM de memória DDR5;

12.3.1.4.3. Possuir no mínimo 02 (dois) slots Mezzanine Card PCI-Express 3.0 de 16 vias (x16) ou superior;

12.3.1.4.4. Possuir internamente slots M.2, SD ou portas USB específicas com objetivo de habilitar futuras instalações de Hypervisor, com proteção contra falha por espelhamento.

12.3.1.4.5. Possuir dispositivo de gerenciamento out-of-band compatível com os módulos de gerenciamento do Enclosure;

12.3.1.5. BIOS e Segurança

12.3.1.5.1. BIOS desenvolvida pelo mesmo fabricante do equipamento ou este fabricante deve ter direitos copyright sobre a mesma, comprovados através de atestado. Não será aceito equipamento com BIOS em regime de OEM ou customizada;

12.3.1.5.2. A BIOS deve possuir a informação do número de série do equipamento e um campo editável que permita inserção de identificação customizada (Asset Tag). Ambas as informações devem ser passíveis de consulta via software de gerenciamento;

12.3.1.5.3. Possuir chip de segurança TPM (Trusted Platform Module) versão 1.2 ou superior para armazenamento de chaves criptográficas;

12.3.1.6. Vídeo

12.3.1.6.1. Controladora de vídeo integrada 2D Matrox G200 ou equivalente, com 16 MB de memória e compatível com cores de 32 bits;

12.3.1.7. Network

12.3.1.7.1. Possuir interfaces de rede 25 Gigabit Ethernet com as seguintes características técnicas:

12.3.1.7.2. No mínimo 2 (duas) portas 10/25GbE;

12.3.1.7.3. Suportar funcionalidade de HBA iSCSI, com processamento offload e boot via SAN iSCSI;

12.3.1.7.4. Suportar FCoE, com processamento offload;

12.3.1.7.5. Possuir tecnologia TOE ou LSO/TSO para otimização do processamento TCP/IP;

12.3.1.7.6. Suportar MSI-X e RSS para redução de overhead e otimização do uso de CPU;

12.3.1.7.7. Suportar os seguintes recursos de rede: Virtual LANs (IEEE 802.1q), Link aggregation (802.3ad) e Flow Control (IEEE 802.3x) ou padrão superior;

12.3.1.7.8. Suportar jumbo frame, IPv4 e IPv6;

12.3.1.7.9. Compatível com VMware NetQueue e Microsoft VMQ;

12.3.1.7.10. Suportar o particionamento lógico das portas físicas 25GbE da seguinte forma:

12.3.1.7.11. No mínimo 3 (três) interfaces lógicas por porta física;

12.3.1.7.12. Permitir a configuração de interfaces lógicas no padrão iSCSI e FCoE;

12.3.1.7.13. O particionamento deve ser provido por recurso de firmware da própria controladora, independente de software e switch;

12.3.1.7.14. Caso seja fornecida solução convergente, o número de interfaces solicitadas poderá ser atendido por placa CNA (Converged Network Adapter) desde que sejam atendidas todas as características técnicas descritas.

12.3.1.8. Controladora RAID

12.3.1.8.1. Controladora RAID de discos internos com as seguintes características técnicas:

12.3.1.8.2. Suportar drives NVMe, SSD (Solid-State Drive) e HDD (Hard Disk Drive);

12.3.1.8.3. Suportar RAID 0 e 1 via hardware;

12.3.1.8.4. Deve possuir cache mínimo de 1GB

12.3.1.8.5. Possuir canais SAS 6 Gb/s, suficientes para suportar a quantidade máxima de discos do servidor;

12.3.1.9. Armazenamento

12.3.1.9.1. Possuir 02 (dois) drives NVMe de 480 GB ou superior, hot-plug;

12.3.1.9.2. Acompanhar todos os acessórios necessários para a função hot-plug ou hot-swappable dos drives (trilhos, backplanes, etc.);

12.3.1.10. Controladora HBA

12.3.1.10.1. Possuir 01 (uma) controladora HBA (Host Bus Adaptor) FC (Fibre Channel) Dual-Port padrão PCI-Express 3.0 ou superior com as seguintes características:

12.3.1.10.2. Portas 16/32 Gbps;

12.3.1.10.3. Compatível com as topologias Point-to-point (N_Port) e switched fabric (N_Port);

12.3.1.10.4. Caso seja fornecida solução convergente, o número de interfaces solicitadas poderá ser atendido por placa CNA (Converged Network Adapter) desde que sejam atendidas todas as características técnicas descritas.

12.3.1.11. Compatibilidade com Sistema Operacional

12.3.1.11.1. O modelo do servidor ofertado deve estar certificado para o sistema operacional Windows Server 2022 Datacenter x86 e x64, comprovado através do Windows Server Catalog da Microsoft;

12.3.1.11.2. O modelo do servidor ofertado deve estar certificado para o sistema operacional RHEL 9 ou posterior, comprovado através do HCL (Hardware Compatibility List) da Red Hat;

12.3.2. Especificações técnicas ITEM 2 – CHASSIS - SITE Rio: os itens abaixo descrevem as características mínimas exigidas para esta contratação.

12.3.2.1. Deverão ser fornecidos enclosures (chassis) para atender a quantidade total de servidores blades, com a seguinte descrição técnica:

12.3.2.1.1. Possuir display ou Led que permitam monitorar os principais componentes do Enclosure (Blades, Módulos de I/O, Ventilação e Fontes), com módulos de gerência redundantes;

12.3.2.1.2. Possuir midplane totalmente passivo ou sem midplane, fontes e módulo de IO redundantes com capacidade de prover conexões redundantes de forma que não haja pontos únicos de falha;

12.3.2.1.3. Possuir conjunto de fontes de alimentação hot-plug e redundantes (N+N), onde N é a quantidade mínima de fontes necessária para suprir a solução em sua configuração máxima suportada;

12.3.2.2. Conectividade Ethernet

12.3.2.2.1. Possuir interfaces internas 10, 25 e 100 Gigabit Ethernet em quantidade suficiente para suprir a capacidade máxima de Blades suportada pelo Enclosure e portas externas que atendam ao requisito de oversubscription de no mínimo 4:1, distribuídos em equipamentos redundantes sem ponto único de falha; Com entrega do cabo breakout de 10 metros com uma terminação MPO e 04 (quatro) terminações LC ; e transceiver de 10/25 e 100G Base-SR (para configuração completa),

12.3.2.2.2. Possuir interfaces externas SFP28 para 10 e 25 gbps para atender ao item 2.3.2.1

12.3.2.2.3. Suportar o protocolo de gerenciamento SNMP v3;

12.3.2.2.4. Cada porta externa SFP28 deve acompanhar seu respectivo transceptor SFP+ MMF com porta LC, compatível com 25GBASE-SR

12.3.2.2.5. Ao menos 2 (duas) portas externas deve acompanhar seu respectivo transceptor QSFP MMF com porta MPO, compatível com 100GBase-SR, e cabo de fibra ótica multi-modo (MMF) breakout com uma terminação MPO e 04 (quatro) terminações LC e comprimento mínimo de 10 metros"

12.3.2.2.6. Deverão ser fornecidos 2 (dois) transceptores QSFP 100 GbE além das portas solicitadas no item "a"

12.3.2.2.7. O cálculo de oversubscription deve atender a configuração com interfaces externas SFP28, considerando que trabalharão a 10gbps;

12.3.2.2.8. Cada transceptor SFP28 deve acompanhar cabo FC multi-modo (MMF), OM3 de 50/125nm ou superior, conectores LC/LC e comprimento de no mínimo 10 metros.

12.3.2.3. Conectividade SAN

12.3.2.3.1. Possuir interfaces internas FC de 32/16 Gbps em quantidade suficiente para suprir a capacidade máxima de Blades suportada pelo Enclosure e portas externas que atendam ao requisito de oversubscription de 4:1, distribuídos em equipamentos redundantes sem ponto único de falha;

12.3.2.3.2. Arquitetura não bloqueante;

12.3.2.3.3. Possuir interfaces internas FC de 32/16 Gbps em quantidade suficiente para suprir a capacidade máxima de Blades suportada pelo Enclosure, utilizando lâminas de 2 sockets de processador;

12.3.2.3.4. As portas externas necessárias para atender o item 2.3.3.1 devem possuir seus respectivos transceptores LC SWL;

12.3.2.3.5. Todas as portas FC devem estar devidamente habilitadas/licenciadas;

12.3.2.3.6. Compatível com o modo nativo (full-fabric) suportando as portas F_Port, E_Port ou NPIV;

12.3.2.3.7. Deve ser com como modo de interoperabilidade NPV.

12.3.2.3.8. Compatível com o modo de interoperabilidade (NPIV) suportando as portas F_Port e N_Port;

12.3.2.3.9. Suportar a configuração de ISL Trunking ou Port Channel em todas as portas externas, possibilitando extrair o máximo de throughput dessas portas;

12.3.2.3.10. Cada porta externa deve acompanhar seu respectivo transceptor SFP+ MMF com porta LC, compatível com FC de no mínimo 32;

12.3.2.3.11. Cada transceptor deve acompanhar cabo FC multi-modo (MMF), OM3 de 50/125nm, conectores LC/LC e comprimento de no mínimo 10 metros.

12.3.2.4. Suportar os protocolos de criptografia SSL para acesso Web e SSH para acesso CLI

12.3.2.4.1. O software console deve realizar descoberta e inventário remoto dos servidores e seus componentes;

12.3.2.4.2. Permitir o monitoramento remoto, através do software console, das condições de funcionamento da solução Blade e seus principais componentes, tais como: processadores, memória RAM, controladoras RAID, drives, fontes de alimentação, NICs, switches, ventiladores e interface de gerenciamento out-of-band;

12.3.2.4.3. Emitir alertas de anormalidade no funcionamento do hardware e de firmware e/ou drivers desatualizados, permitindo visualizá-los através do software console e via e-mail;

12.3.2.4.4. Permitir o monitoramento remoto (1:1 e 1:N) em tempo real do consumo de energia elétrico da solução através de software console com exibição gráfica, permitindo gerenciar parâmetros de consumo;

12.3.2.4.5. Permitir a configuração remota de parâmetros da BIOS e RAID através de console remota, distribuída de forma individual ou agrupada;

12.3.2.4.6. Permitir ligar, desligar e reiniciar os servidores remotamente e independente de sistema operacional;

12.3.2.4.7. Permitir o controle remoto do tipo virtual KVM de forma out-of-band, ou seja, independente de sistema operacional ou software agente;

12.3.2.4.8. Permitir a emulação de mídias virtuais de inicialização (boot) através de CD/DVD remoto, compartilhamentos de rede NFS /CIFS e dispositivos de armazenamento USB remotos;

12.3.2.4.9. Suportar autenticação local e através de integração com MS Active Directory/LDAP;

12.3.2.4.10. Permitir a captura de vídeo ou tela de situações de falhas críticas de sistemas operacionais e inicialização do sistema (boot), possibilitando uma depuração mais aprimorada;

12.3.2.4.11. As funcionalidades de gerenciamento e monitoramento de hardware devem ser providas por recursos do próprio equipamento e independente de agentes ou sistemas operacionais, através da console de gerência e via interface out-of-band;

12.3.2.4.12. A solução de gerenciamento deve estar devidamente licenciada conforme as condições de garantia e suporte do equipamento;

12.3.2.4.13. A solução deve fornecer módulo de integração com o software de gerência SCOM 2019 R2 (System Center Operation Manager 2019) e superior, através do SCOM deverá ser possível visualizar estados e eventos de hardware relacionados anteriormente.

12.3.2.5. Acessórios

12.3.2.5.1. Deverá possuir dispositivo KVM, interno ou externo ao Enclosure, que possibilite a conexão direta de uma Console KVM (teclado, mouse e monitor) de forma que cada servidor Blade seja acessado através dessa console KVM, sem que haja remanejo de cabos ou conectores.

12.3.2.5.2. Os espaços para servidores Blade não utilizados nos chassis deverão ser vedados para melhor utilização da ventilação /refrigeração;

12.3.2.5.3. Acompanhar kit de trilhos para instalação do Enclosure em rack padrão EIA-310;

12.3.2.5.4. Deve acompanhar no mínimo 2 (duas) PDUs compatíveis e com capacidade de suprir a solução Blade em sua configuração máxima suportada. O conjunto de PDUs deve permitir a implementação e circuitos redundantes;

12.3.3. Especificações técnicas ITEM 3 – LÂMINAS TIPO I (BLADES) – SITE SP: os itens abaixo descrevem as características mínimas exigidas para esta contratação.

12.3.3.1. Chassi

12.3.3.1.1. Gabinete tipo Blade modular;

12.3.3.1.2. A alimentação elétrica e a ventilação devem ser providas pelo Enclosure;

12.3.3.1.3. Possuir, no mínimo, 2 (duas) baias de drives de 2.5 polegadas, hot-plug ou hot-swappable;

12.3.3.2. Processador

12.3.3.2.1. Possuir 02 (dois) processadores, com arquitetura x86 de mesmo modelo e projetados para utilização em servidores;

12.3.3.2.2. Possuir no mínimo 16 (dezesseis) núcleos cada;

12.3.3.2.3. Possuir no mínimo 3.6 Ghz de frequência sem uso de turbo ou aceleradores;

12.3.3.2.4. Possuir instruções AVX-512 e extensões de virtualização.

12.3.3.2.5. Ser da última geração do fabricante;

12.3.3.3. Memória RAM

12.3.3.3.1. Deverá possuir no mínimo 2TB (dois) Terabytes de RAM instalados.

12.3.3.3.1.1. Os módulos deverão ser do tipo DDR5 com as seguintes características técnicas:

12.3.3.3.2. RDIMM (Registered) e LRDIMM (Load Reduced);

12.3.3.3.3. Controladora de memória com suporte a DDR5 de no mínimo 4800MT/s;

12.3.3.3.4. Módulos singles rank (1R), dual rank (2R) e quad rank (4R);

12.3.3.3.5. Possuir 2 (dois) TB de memória RAM, provisionados por módulos DIMM RDIMM ECC ou LRDIMM ECC, dual rank (2R) ou quad rank (4R), com capacidade de no mínimo 64 GB e velocidade de 4800MT/s ou superior;

12.3.3.3.6. Suportar tecnologia SDDC ou Advanced ECC ou Chipkill para detecção e correção de falhas de chip e erros multi-bit;

12.3.3.3.7. Suportar tecnologia de espelhamento do conteúdo da memória subdividindo-a em duas partes idênticas (Memory Mirroring ou equivalente);

12.3.3.4. Motherboard

12.3.3.4.1. A motherboard deve ser da mesma marca do fabricante do microcomputador, desenvolvida especificamente para o modelo ofertado. Não serão aceitas placas de livre comercialização no mercado;

12.3.3.4.2. Possuir no mínimo 16 (dezesseis) slots DIMM de memória DDR5;

12.3.3.4.3. Possuir no mínimo 02 (dois) slots Mezzanine Card PCI-Express 3.0 de 16 vias (x16) ou superior;

12.3.3.4.4. Possuir internamente slots M.2, SD ou portas USB específicas com objetivo de habilitar futuras instalações de Hypervisor, com proteção contra falha por espelhamento.

12.3.3.4.5. Possuir dispositivo de gerenciamento out-of-band compatível com os módulos de gerenciamento do Enclosure;

12.3.3.5. BIOS e Segurança

12.3.3.5.1. BIOS desenvolvida pelo mesmo fabricante do equipamento ou este fabricante deve ter direitos copyright sobre a mesma, comprovados através de atestado. Não será aceito equipamento com BIOS em regime de OEM ou customizada;

12.3.3.5.2. A BIOS deve possuir a informação do número de série do equipamento e um campo editável que permita inserção de identificação customizada (Asset Tag). Ambas as informações devem ser passíveis de consulta via software de gerenciamento;

12.3.3.5.3. Possuir chip de segurança TPM (Trusted Platform Module) versão 1.2 ou superior para armazenamento de chaves criptográficas;

12.3.3.6. Vídeo

12.3.3.6.1. Controladora de vídeo integrada 2D Matrox G200 ou equivalente, com 16 MB de memória e compatível com cores de 32 bits;

12.3.3.7. Network

12.3.3.7.1. Possuir interfaces de rede 25 Gigabit Ethernet com as seguintes características técnicas:

12.3.3.7.2. No mínimo 2 (duas) portas 10/25GbE;

12.3.3.7.3. Suportar funcionalidade de HBA iSCSI, com processamento offload e boot via SAN iSCSI;

12.3.3.7.4. Suportar FCoE, com processamento offload;

12.3.3.7.5. Possuir tecnologia TOE ou LSO/TSO para otimização do processamento TCP/IP;

12.3.3.7.6. Suportar MSI-X e RSS para redução de overhead e otimização do uso de CPU;

12.3.3.7.7. Suportar os seguintes recursos de rede: Virtual LANs (IEEE 802.1q), Link aggregation (802.3ad) e Flow Control (IEEE 802.3x);

12.3.3.7.8. Suportar jumbo frame, IPv4 e IPv6;

12.3.3.7.9. Compatível com VMware NetQueue e Microsoft VMQ;

12.3.3.7.10. Suportar o particionamento lógico das portas físicas 25GbE da seguinte forma:

12.3.3.7.11. No mínimo 3 (três) interfaces lógicas por porta física;

12.3.3.7.12. Permitir a configuração de interfaces lógicas no padrão iSCSI e FCoE;

12.3.3.7.13. O particionamento deve ser provido por recurso de firmware da própria controladora, independente de software e switch;

12.3.3.7.14. Caso seja fornecida solução convergente, o número de interfaces solicitadas poderá ser atendido por placa CNA (Converged Network Adapter) desde que sejam atendidas todas as características técnicas descritas.

12.3.3.8. Controladora RAID

12.3.3.8.1. Controladora RAID de discos internos com as seguintes características técnicas:

12.3.3.8.2. Suportar drives NVMe, SSD (Solid-State Drive) e HDD (Hard Disk Drive);

- 12.3.3.8.3. Suportar RAID 0 e 1 via hardware;
- 12.3.3.8.4. Deve possuir cache mínimo de 1GB
- 12.3.3.8.5. Possuir canais SAS 6 Gb/s, suficientes para suportar a quantidade máxima de discos do servidor;
- 12.3.3.9. Armazenamento
 - 12.3.3.9.1. Possuir 02 (dois) drives NVMe de 480 GB ou superior, hot-plug;
 - 12.3.3.9.2. Acompanhar todos os acessórios necessários para a função hot-plug ou hot-swappable dos drives (trilhos, backplanes, etc.);
- 12.3.3.10. Controladora HBA
 - 12.3.3.10.1. Possuir 01 (uma) controladora HBA (Host Bus Adaptor) FC (Fibre Channel) Dual-Port padrão PCI-Express 3.0 ou superior com as seguintes características:
 - 12.3.3.10.2. Portas 16/32 Gbps;
 - 12.3.3.10.3. Compatível com as topologias Point-to-point (N_Port) e switched fabric (N_Port);
 - 12.3.3.10.4. Caso seja fornecida solução convergente, o número de interfaces solicitadas poderá ser atendido por placa CNA (Converged Network Adapter) desde que sejam atendidas todas as características técnicas descritas.
- 12.3.3.11. Compatibilidade com Sistema Operacional
 - 12.3.3.11.1. O modelo do servidor ofertado deve estar certificado para o sistema operacional Windows Server 2022 Datacenter x86 e x64, comprovado através do Windows Server Catalog da Microsoft;
 - 12.3.3.11.2. O modelo do servidor ofertado deve estar certificado para o sistema operacional RHEL 9 ou posterior, comprovado através do HCL (Hardware Compatibility List) da Red Hat;

12.3.4. Especificações técnicas ITEM 4 – CHASSIS – Site SP: os itens abaixo descrevem as características mínimas exigidas para esta contratação.

- 12.3.4.1. Deverão ser fornecidos enclosures (chassis) para atender a quantidade total de servidores blades, com a seguinte descrição técnica:
 - 12.3.4.1.1. Possuir display ou Led que permitam monitorar os principais componentes do Enclosure (Blades, Módulos de I/O, Ventilação e Fontes), com módulos de gerência redundantes;
 - 12.3.4.1.2. Possuir midplane totalmente passivo ou sem midplane, fontes e módulo de IO redundantes com capacidade de prover conexões redundantes de forma que não haja pontos únicos de falha;
 - 12.3.4.1.3. Possuir conjunto de fontes de alimentação hot-plug e redundantes (N+N), onde N é a quantidade mínima de fontes necessária para suprir a solução em sua configuração máxima suportada;
- 12.3.4.2. Conectividade Ethernet
 - 12.3.4.2.1. Possuir interfaces internas 10, 25 e 100 Gigabit Ethernet em quantidade suficiente para suprir a capacidade máxima de Blades suportada pelo Enclosure e portas externas que atendam ao requisito de oversubscription de no mínimo 4:1, distribuídos em equipamentos redundantes sem ponto único de falha; Com entrega do cabo breakout de 10 metros com uma terminação MPO e 04 (quatro) terminações LC ; e transceiver de 10/25 e 100G Base-SR (para configuração completa),.
 - 12.3.4.2.2. Possuir interfaces externas SFP28 para 10 e 25 gbps para atender ao item 2.3.2.1 ;
 - 12.3.4.2.3. Suportar o protocolo de gerenciamento SNMP v3;
 - 12.3.4.2.4. Cada porta externa SFP28 deve acompanhar seu respectivo transceptor SFP+ MMF com porta LC, compatível com 25GBASE-SR
 - 12.3.4.2.5. Ao menos 2 (duas) portas externas deve acompanhar seu respectivo transceptor QSFP MMF com porta MPO, compatível com 100GBase-SR, e cabo de fibra ótica multi-modo (MMF) breakout com uma terminação MPO e 04 (quatro) terminações LC e comprimento mínimo de 10 metros
 - 12.3.4.2.6. Deverão ser fornecidos 2 (dois) transceptores QSFP 100 GbE além das portas solicitadas no item “a”
 - 12.3.4.2.7. O cálculo de oversubscription deve atender a configuração com interfaces externas SFP28, considerando que trabalharão a 10gbps
 - 12.3.4.2.8. Cada transceptor SFP28 deve acompanhar cabo FC multi-modo (MMF), OM3 de 50/125nm ou superior, conectores LC/LC e comprimento de no mínimo 10 metros.
- 12.3.4.3. Conectividade SAN
 - 12.3.4.3.1. Possuir interfaces internas FC de 32/16 Gbps em quantidade suficiente para suprir a capacidade máxima de Blades suportada pelo Enclosure e portas externas que atendam ao requisito de oversubscription de 4:1, distribuídos em equipamentos redundantes sem ponto único de falha;
 - 12.3.4.3.2. Arquitetura não bloqueante;
 - 12.3.4.3.3. Possuir interfaces internas FC de 32/16 Gbps em quantidade suficiente para suprir a capacidade máxima de Blades suportada pelo Enclosure, utilizando lâminas de 2 sockets de processador;
 - 12.3.4.3.4. As portas externas necessárias para atender o item 2.3.3.1 devem possuir seus respectivos transceptores LC SWL;
 - 12.3.4.3.5. Todas as portas FC devem estar devidamente habilitadas/licenciadas;
 - 12.3.4.3.6. Compatível com o modo nativo (full-fabric) suportando as portas F_Port, E_Port ou NPIV;
 - 12.3.4.3.7. Deve ser com como modo de interoperabilidade NPV;
 - 12.3.4.3.8. Compatível com o modo de interoperabilidade (NPIV) suportando as portas F_Port e N_Port;
 - 12.3.4.3.9. Suportar a configuração de ISL Trunking ou Port Channel em todas as portas externas, possibilitando extrair o máximo de

throughput dessas portas;

12.3.4.3.10. Cada porta externa deve acompanhar seu respectivo transceptor SFP+ MMF com porta LC, compatível com FC de no mínimo 32;

12.3.4.3.11. Cada transceptor deve acompanhar cabo FC multi-modo (MMF), OM3 de 50/125nm, conectores LC/LC e comprimento de no mínimo 10 metros.

12.3.4.4. Suportar os protocolos de criptografia SSL para acesso Web e SSH para acesso CLI

12.3.4.4.1. O software console deve realizar descoberta e inventário remoto dos servidores e seus componentes;

12.3.4.4.2. Permitir o monitoramento remoto, através do software console, das condições de funcionamento da solução Blade e seus principais componentes, tais como: processadores, memória RAM, controladoras RAID, drives, fontes de alimentação, NICs, switches, ventiladores e interface de gerenciamento out-of-band;

12.3.4.4.3. Emitir alertas de anormalidade no funcionamento do hardware e de firmware e/ou drivers desatualizados, permitindo visualizá-los através do software console e via e-mail;

12.3.4.4.4. Permitir o monitoramento remoto (1:1 e 1:N) em tempo real do consumo de energia elétrico da solução através de software console com exibição gráfica, permitindo gerenciar parâmetros de consumo;

12.3.4.4.5. Permitir a configuração remota de parâmetros da BIOS e RAID através de console remota, distribuída de forma individual ou agrupada;

12.3.4.4.6. Permitir ligar, desligar e reiniciar os servidores remotamente e independente de sistema operacional;

12.3.4.4.7. Permitir o controle remoto do tipo virtual KVM de forma out-of-band, ou seja, independente de sistema operacional ou software agente;

12.3.4.4.8. Permitir a emulação de mídias virtuais de inicialização (boot) através de CD/DVD remoto, compartilhamentos de rede NFS /CIFS e dispositivos de armazenamento USB remotos;

12.3.4.4.9. Suportar autenticação local e através de integração com MS Active Directory/LDAP;

12.3.4.4.10. Permitir a captura de vídeo ou tela de situações de falhas críticas de sistemas operacionais e inicialização do sistema (boot), possibilitando uma depuração mais aprimorada;

12.3.4.4.11. As funcionalidades de gerenciamento e monitoramento de hardware devem ser providas por recursos do próprio equipamento e independente de agentes ou sistemas operacionais, através da console de gerência e via interface out-of-band;

12.3.4.4.12. A solução de gerenciamento deve estar devidamente licenciada conforme as condições de garantia e suporte do equipamento;

12.3.4.4.13. A solução deve fornecer módulo de integração com o software de gerência SCOM 2019 R2 (System Center Operation Manager 2019) e superior, através do SCOM deverá ser possível visualizar estados e eventos de hardware relacionados anteriormente.

12.3.4.5. Acessórios

12.3.4.5.1. Deverá possuir dispositivo KVM, interno ou externo ao Enclosure, que possibilite a conexão direta de uma Console KVM (teclado, mouse e monitor) de forma que cada servidor Blade seja acessado através dessa console KVM, sem que haja remanejo de cabos ou conectores.

12.3.4.5.2. Os espaços para servidores Blade não utilizados nos chassis deverão ser vedados para melhor utilização da ventilação /refrigeração;

12.3.4.5.3. Acompanhar kit de trilhos para instalação do Enclosure em rack padrão EIA-310;

12.3.4.5.4. Deve acompanhar no mínimo 2 (duas) PDUs compatíveis e com capacidade de suprir a solução Blade em sua configuração máxima suportada. O conjunto de PDUs deve permitir a implementação e circuitos redundantes;

12.3.5 Certificações para todos os itens

12.3.5.1 Conforme INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 01, DE 19 DE JANEIRO DE 2010 – que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, a solução ofertada deverá obedecer ao disposto no Art. 5º, incisos:

12.3.5.2 III – que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; e

12.3.5.3 IV – Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

12.3.5.4 § 1º A comprovação do disposto neste artigo poderá ser feita mediante apresentação de certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio de prova que ateste que o bem fornecido cumpre com as exigências do edital.

12.3.5.5 Deve ser entregue certificação comprovando que o equipamento está em conformidade com a norma IEC 60950, para segurança do usuário contra incidentes elétricos e combustão dos materiais elétricos.

12.3.5.6 Os itens deverão possuir certificado para segurança do usuário contra incidentes elétricos e combustão de materiais elétricos; ou relatório de avaliação de conformidade emitido por um órgão credenciado pelo INMETRO ou certificado internacional; ou apresentar certificação voluntária nos termos da IN304/2023 do INMETRO. Conformidade com a diretiva Rohs; certificado quanto a imunidade

eletromagnética (norma CISPR24 / EN55024) comprovado através de certificado ou relatório de avaliação de conformidade emitido por um órgão credenciado pelo INMETRO ou certificado internacional; ou apresentar certificação voluntária nos termos da IN304/2023 do INMETRO.

12.3.5.7 Todas as certificações acima deverão ser comprovadas através de documento juntado no momento da emissão do termo de aceite definitivo do objeto.

12.3.5.8 Os produtos devem ser novos, sem uso anterior e estar na linha de produção no momento da assinatura do contrato, com a garantia de fornecimento de equipamentos equivalentes ou superiores, caso o modelo fornecido venha a ser descontinuado.

12.3.5.9 Todos os equipamentos a serem entregues serão idênticos, ou seja, todos os componentes externos e internos de mesmos modelos e marcas dos utilizados nos equipamentos enviados para avaliação e/ou homologação. Caso o componente não mais se encontre disponível no mercado, admitem-se substitutos com qualidade e características idênticas ou superiores, mediante nova homologação;

12.4. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

12.4.1. Os componentes devem ser novos, de primeiro uso e estarem em linha de fabricação na data de abertura das propostas.

12.4.2. Deve ser entregue certificação comprovando que o equipamento está em conformidade com a norma IEC 60950, para segurança do usuário contra incidentes elétricos e combustão dos materiais elétricos.

12.4.3. A licitante deverá descrever em sua proposta o código dos objetos ofertados, para fins de avaliação e comprovação de atendimento das especificações técnicas exigidas neste documento, além de descrever marca e modelo do equipamento, bem como catálogos ou prospectos anexados, correspondentes ao produto ofertado com descrição detalhada de cada item solicitado, sob pena de desclassificação pelo não cumprimento deste item.

12.4.4. A comprovação do disposto neste item poderá ser feita mediante apresentação de certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio de prova que ateste que o bem fornecido cumpre com as exigências do edital.

13. Estimativa de custo total da contratação

Valor (R\$): 17.080.453,22

A pesquisa de preços foi feita com base na IN SEGES/ME no 65 de 202. Para essa demanda, não se aplica o disposto na Instrução Normativa IN-94/2022, sobre Catálogo de Soluções TIC.

GRUPO	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	CÓD. PMC-TIC	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	1	Servidores de lâmina (blades) – Site Rio	Unidade	Não se aplica	32	R\$ 285.864,48	R\$ 9.147.663,36
	2	Chassis para blades – Site Rio para 5 anos	Unidade	Não se aplica	4	R\$ 551.473,91	R\$ 2.205.895,62
2	3	Servidores de lâmina (blades) – Site SP	Unidade	Não se aplica	16	R\$ 288.996,65	R\$ 4.623.946,32
	4						

		Chassis para blades – Site SP	Unidade	Não se aplica	2	R\$ 551.473,91	R\$ 1.102.947,81
--	--	-------------------------------	---------	---------------	---	----------------	------------------

VALOR TOTAL: R\$ 17.080.453,22

14. Justificativa técnica da escolha da solução

1.Com a finalidade de definir a escolha mais atrativa para a administração pública, a especificação técnica descrita garante que o hardware adquirido tenha capacidade mínima para processar as atividades previstas. Neste sentido, foi considerada a carga de uso dessas unidades de servidores de blades, que atendem a projetos com garantia estendida de 60 (sessenta) meses e suporte, além das quantidades atualmente utilizadas para essas atividades de cooperação.

2. Dessa forma registra-se ganhos técnicos decorrentes da solução escolhida, tais como:

- Performance;
- Eficiência energética;
- Ganhos logísticos;
- Durabilidade;
- Suporte;
- Manutenção, entre outros benefícios decorrentes da solução escolhida.

15. Justificativa econômica da escolha da solução

1. Foi feita uma pesquisa de preços e, após análises das soluções identificadas, verificou-se que é viável seguir com a contratação desse objeto. A estimativa do custo desta contratação será detalhada no documento Relatório de Pesquisa de Preços, anexo ao processo.

16. Benefícios a serem alcançados com a contratação

16.1 Atualização tecnológica.

16.2 Atendimento às metas Institucionais

16.3 Prover a sustentação da infraestrutura dos Datacenters do IBGE;

16.4 Manter a gestão institucional de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), visando à melhoria no atendimento às necessidades e ao pleno funcionamento dos sistemas e serviços.

16.5 Redução dos riscos relacionados à imagem institucional e descumprimento de normas e regulamentos.

16.6 melhoria no atendimento ao público interno e externo;

17. Providências a serem Adotadas

1. Providenciar rede e energia elétrica.

2. Viabilizar acesso aos funcionários da contratada que irão instalar a solução.

18. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

18.1. Justificativa da Viabilidade

18.1 Esta equipe de planejamento declara viável esta contratação.

18.2 Com base no estudo exposto acima, especialmente no que tange à solução de mercado escolhida, que inclui critérios e práticas de sustentabilidade, a Equipe de Planejamento, considera que a contratação é viável, além de ser necessária para o atendimento das necessidades e interesses da Administração.

18.3 A Autoridade competente declara a adequação do conteúdo deste ETP às disposições da IN 94/2022.

19. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

JOSE LUIZ THOMASELLI NOGUEIRA

Equipe de apoio

GABRIELA LISBOA MARTINS

Equipe de apoio

JANSEN SILVA CARDOSO

Equipe de apoio

MARCOS VINICIUS FERREIRA MAZONI

Autoridade competente

IBGE-FUN.INST.BRAS.GEOGRAFIA E ESTATISTICA

Contrato 20/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
20/2026	114601-IBGE-FUN.INST.BRAS.GEOGRAFIA E ESTATISTICA	ROGERIO ARAUJO DA SILVA	02/06/2026 10:30 (v 0.2)
Status			
RASCUNHO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
VII - contratações de tecnologia da informação e de comunicação/Bens de TIC	95/2026	03603.000012/2025-08

1. OBJETO

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE

(Processo Administrativo nº 03603.000012/2025-08)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº xx/xxxx, QUE FAZEM ENTRE SI
A FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E
ESTATÍSTICA - IBGE E.....
.....

A Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, com sede na Avenida Franklin Roosevelt,166, Centro, na cidade do Rio de Janeiro/RJ, inscrita no CNPJ sob o nº 33.787.094/0001-4, neste ato representado(a) pelo (a) [cargo e nome], nomeado(a) pela Portaria nº XX, de [dia] de [mês] de [ano], publicada no DOU de [dia] de [mês] de [ano], portador da Matrícula Funcional nº [nº matrícula], doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) [CONTRATADO], inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº [CNPJ], sediado(a) na [endereço], na cidade de [cidade]/[UF], doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por [nome e função no CONTRATADO], conforme [atos constitutivos da empresa] OU [procuração apresentada nos autos], tendo em vista o que consta no Processo nº 03603.000012/2025-08 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do(a) Pregão Eletrônico nº XX/XXXX, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de solução de tecnologia da informação e comunicação de aquisição de servidores de lâmina (blades) e seus respectivos chassis, com garantia e suporte técnico de 60 (sessenta) meses, para processamento das informações geradas pelas aplicações censitárias que serão executadas nos postos de trabalho e em campo no Censo Agropecuário do IBGE, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

--	--	--	--	--	--	--	--

GRUPO	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL [A3]
1	1	Servidores de Lâmina (blades) – Site Rio com garantia de 60 meses.	451847	Unidade	16		
	2	Chassis para blades – Site Rio com garantia de 60 meses.	379480	Unidade	2		
2	3	Servidores de lâmina (blades) – Site SP com garantia de 60 meses.	451847	Unidade	8		
	4	Chassis para blades – Site SP com garantia de 60 meses	379480	Unidade	1		

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do contratado;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 6 (seis) meses da data de assinatura do contrato, na forma do art. 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato

5. CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

5.1. O valor total da contratação é de R\$ xxxxxx (xxxxxxxxxx).

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3 O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

7.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do Contratante, além das previstas no termo de referência :

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.1.9. A Administração terá o prazo de **30 (trinta) dias**, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de **30 (trinta) dias**.

8.1.11. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas, além das previstas no termo de referência:

9.1.1. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

9.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.1.3. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.1.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

9.1.7.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

9.1.7.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

9.1.7.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;

9.1.7.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

9.1.7.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

9.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

- 9.1.9. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;
- 9.1.10. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 9.1.11. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;
- 9.1.12. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
- 9.1.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
- 9.1.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.1.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 9.1.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;
- 9.1.17. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;
- 9.1.18. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;
- 9.1.19. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;
- 9.1.20. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;
- 9.1.21. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- 9.1.22. Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;
- 9.1.23. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;
- 9.1.24. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;
- 9.1.25. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;
- 9.1.26. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;
- 9.1.27. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

10.1. Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

12.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

12.2.1 Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

12.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no art. 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os arts. 138 e 139 da mesma Lei.

12.3.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.3.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.4. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

- 12.4.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 12.4.2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 12.4.3. Das indenizações e multas.

12.5. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

12.6. O Contratante poderá ainda:

- 12.6.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e
- 12.6.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

12.7. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES

13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

13.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.5. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.[A1]

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

I) Gestão/Unidade: 114601;

II) Fonte de Recursos: NACIONAL;

III) Programa de Trabalho: 225271, 225270 e 225273;

IV) Elemento de Despesa: 44905243;

V) Plano Interno: INFO, INFRA, PESQUISAS;

VI) Nota de Empenho: [...];

14.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– FORO

17.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal do Estado no Rio de Janeiro, Seção Judiciária do Rio de Janeiro para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2- [A1]

18. Responsáveis

Nenhum responsável informado.

ANEXO V

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE

PREGÃO Nº/202X

(Processo Administrativo nº 03603.000012/2025-08)

EMPRESA:		CARIMBO OU Nº CNPJ				
ENDEREÇO:						
CEP:						
TEL:						
CEL:						
INSCRIÇÃO ESTADUAL:						
GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO	UND.	QTD.	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	1					
	2					
2	3					
	4					
TOTAL						
IMPORTA A PRESENTE PROPOSTA NO VALOR DE: (valor por extenso)						
DECLARAMOS que os a proposta apresentada compreende todos os custos e despesas, tais como custos diretos e indiretos, tributos, incidentes, taxa de administração, materiais, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, lucro e quaisquer outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste Edital e inteira submissão às condições estabelecidas no Edital do Pregão nº/202x.						
PRAZO DE EXECUÇÃO			VALIDADE DA PROPOSTA: 60 (sessenta) dias corridos.			
Conforme Edital						
GARANTIA			ASSINATURA DO RESPONSÁVEL PELA PROPOSTA:			
Conforme Edital						
LOCAL DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO						
Conforme Edital						
CONDIÇÕES DE PAGAMENTO						
Conforme Edital			Rio de Janeiro/RJ, ____ de _____ de 202x.			

Dados Bancários da Empresa:

Banco:

Agência:

Conta:

Praça:

DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA PARA FINS DE ASSINATURA DO CONTRATO:

Nome:

Cargo:

Telefone:

E-mail: